

**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO,
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES
VOL. 3 ANO 2017 - SEM CORTES (CRÓNICAS 169 A 187 - 2017)**

Versão inédita não totalmente editada



**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES
VOLUME 3**



J. CHRYS CHRYSTELLO 2017

TODOS OS DIAS DEVÍAMOS OUVIR UM POUCO DE MÚSICA, LER UMA BOA POESIA, VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL, DIZER ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS. GOETHE

O TEMPO É UM ÓTIMO PROFESSOR. PENA É QUE MATE OS SEUS ALUNOS. (HECTOR BERLIOZ)

Ficha técnica – Outras obras do autor:

LIVROS, PREFÁCIOS E TRADUÇÕES DE LIVROS
2018 FOTOEMAS foto book, fotografia de Fátima Salcedo e poemas dos Açores de Chrys Chrystello e-livro http://www.blurb.com/b/8776650-fotoemas ISBN: 9781388351083
2018 revisão, compilação e Nota Introdutória de Missionários açorianos em Timor vol2 de D Carlos F Ximenes Belo, ed. AICL e Câmara Municipal de Ponta Delgada, ed. Letras Lavadas
2018. CrónicasAçores: uma circum-navegação, vol. 2, 3ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1012/ChronicAcores-uma-circum-navegacao-vol-2-(3%C2%AA-ed-2018).pdf
2018. CrónicasAçores: uma circum-navegação, vol. 1, 3ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1013/chronicacores.-uma-circum-navegacao-vol.1--3%C2%AA-ed-2018.pdf
2017. Bibliografia Geral da Açorianidade em 2 vols. 19500 entradas, Ed. Letras Lavadas Publiçor, Ponta Delgada
2'17, revisão, compilação e Tradução de "O mundo perdido de Timor-Leste" de José Ramos-Horta ed. LIDEL
2017. Poema "Maria Nobody" IN VIII Volume da Antologia de Poesia Portuguesa Contemporânea "Entre o Sono e o Sonho" Chiado ED.
2017. A língua portuguesa na Austrália, Capítulo em "A Língua Portuguesa no Mundo: Passado, Presente e Futuro". Ed. Universidade da Beira Interior, org. Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório
2017. "Três poemas açorianos" in Antologia ed. Artelogy dezº 2016
2017. "Não se é ilhéu por nascer numa ilha", in "Povos e Culturas - A ilha em nós", Revista Povos e Culturas nº 21-2017 Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP), Universidade Católica Portuguesa Lisboa
2017. "Não se é ilhéu por nascer numa ilha", capítulo do livro "A condição de ilhéu", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP), Universidade Católica Portuguesa Lisboa
2016, compilação, revisão e Prefácio de Missionários açorianos em Timor "Um missionário açoriano em Timor" vol. 1 de D. Carlos F Ximenes Belo ed. AICL e Moinho Terrace Café
2015. CD Trilogia da História de Timor. 3760 páginas, contém os 3 vols. e ed. em inglês do 1º vol., ed. AICL, Colóquios da Lusofonia. 4ª ed. AICL, Colóquios da Lusofonia https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1010/trilogia-(3-vol.)-Historia-de-Timor.pdf https://meocloud.pt/link/0f421777-0158-43a4-80a8-41c9a0c32c21/TRILOGIA%20COMPLETA%20compressed.pdf/
2015. Crónicas Austrais (1978-1998 monografia) 4ª ed. 2015
2014. Prefácio de "O voo do Garajau" Rosário Girão & Manuel Silva, ed. Calendário de Letras e AICL http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672015000300016
2013. Crónicas Austrais 1978-1998, monografia, 3ª ed. https://www.scribd.com/doc/3051472/cronicasaustrais
2012. Trilogia da história de Timor, ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0 (Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975 vol. 1, Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter e Timor Leste vol. 3 - As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006) ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0
2012, Crónica do Quotidiano Inútil. Obras Completas (poesia) 5 volumes, 40 anos de vida literária, ed. Calendário de Letras 2012 - ISBN 9789728985646 https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1001/CRONICA-DO-QUOTIDIANO-INUTIL-VOL-1-5--2012.pdf
2012, volume 3 da trilogia da História de Timor, As Guerras Tribais, A História Repete-se 1894-2006, 1ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1010/trilogia-(3-vol.)-Historia-de-Timor.pdf http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor3.pdf
2012, volume 1 da trilogia da História de Timor: East Timor - The Secret Files 1973-1975 3ª ed. http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf
2012, Tradução "Uma pessoa só é pouca gente / A lonely person is not enough people, the sex and the divine" de Caetano Valadão Serpa
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975, 2ª ed.
2012, volume 2 da trilogia da História de Timor: Historiografia de um repórter - Timor-Leste 1983-1992 DVD – 1ª ed. 2005-2012 https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1008/TRILOGIA-vol.-2-Historia-de-Timor.pdf https://www.scribd.com/document/40234122/Timor-Leste-Historiografia-de-um-reporter-vol-2-193-1992 http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor2.pdf
2011, Tradução da Antologia Bilingue de (15) autores açorianos contemporâneos, ed. AICL e Calendário de Letras
2011, CrónicasAçores uma circum-navegação vol. 2, 2011 ISBN 978-9728-9855-47 Ed. Calendário de Letras http://www.calendario.pt/index.php?id=246&cat=203&pid=55
2010, tradução para inglês dos Guia de Mergulho da Madeira; Guias de Mergulho das Ilhas dos Açores, Ed. VerAçor
2009, CrónicasAçores: uma circum-navegação, vol. 1 esgotado, online https://www.scribd.com/doc/39955110/CHRONICACORES-UMA-CIRCUM-NAVEGACAO-DE-TIMOR-A-MACAU-AUSTRALIA-BRASIL-BRAGANCA-ATE-AOS-ACORES-VOLUME-UM-DA-TRILOGIA https://www.worldcat.org/title/chronicacores-circum-navegacao-de-timor-a-macau-australia-brasil-braganca-ate-aos-cores/oclc/357576846&referer=brief_results
2009, CrónicasAçores: uma circum-navegação, vol. 1, 2009 ISBN 989-8123-12-1 VerAçor ed. 2009
2008, Tradução para inglês de "S. Miguel uma ilha esculpida" Daniel de Sá, Ed. VerAçor.
2008, Tradução de "Ilhas do Triângulo, viagem com Jacques Brel" Victor Rui Dóres, prelo, ed. VerAçor.
2008, Prefácio e Revisão "A Freira do Arcano, Margarida Isabel do Apocalipse" de Mário Moura, ed. Publiçor, Ponta Delgada
2007, Tradução para inglês "E das pedras se fez vinho" de Manuel Serpa ed. VerAçor, Açores Portugal
2007, Tradução para inglês, "Santa Maria Ilha Mãe" Daniel de Sá, ed. VerAçor, Açores, Portugal
2005, coautor tradução para português "The Lost painting" Jonathan Harr, ed. Presença
2005, Cancioneiro Transmontano, ed. Santa Casa da Misericórdia Bragança, https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1000/cancioneiro-braganca-2005.pdf - http://www.lusofonias.net/chryscv/CANCIONEIRO%20TRANSMONTANO%202005).pdf
2004, tradução para português "A People's War" de Vo Nguyen Giap, Editora Sílabo Portugal
2004, tradução para português, "Dien Bien Phu" de R. H. Simpson, Editora Sílabo Portugal
2002, tradução de "La familia: el desafío de la diversidad" Adelina Gimeno (castelhano, Psicologia), Instituto Piaget Portugal
2000, Crónicas Austrais - 1978-98 (monografia) (1ª ed.) http://www.ebooksbrasil.org/microrader/cronicasCA.lit http://www.ebooksbrasil.org/REB/cronicasCA.rb
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975, 2ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1005/TRILOGIA-VOL--1--ET-dossier-secreto-73-75-PT-cc0.pdf www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor0.pdf
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste The secret files 1973-1975, 2ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1005/TRILOGIA-VOL--1--ET-dossier-secreto-73-75-PT-cc0.pdf https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1004/TRILOGIA-VOL-1-East-Timor-secret-file-73-75-eng.pdf https://www.worldcat.org/title/east-timor-the-secret-file-1973-1975/oclc/66016286&referer=brief_results http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf https://www.scribd.com/doc/253855631/East-Timor-the-Secret-Files-1973-1975-Eng-
1999, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste O Dossier Secreto 1973-1975, Porto, 1999, ed. Contemporânea (Esgotado) 1ª ed. ISBN 10: 972-8305-75-3 / ISBN 13/EAN: 9789728305758 https://www.worldcat.org/search?q=chrystello&fq=&dblist=638&fc=ap:25&at=show_more_ap%3A&cookie
1991-2011 Yawuji Barra e Yawuji Baia Os avós de barra e Avós de Baia, ed. 1991-2011 https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1003/Yawuji-Os-Avos-de-Barra-e-os-Avos-de-Baia.pdf
1985 crónica X Aborígenes na Austrália https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1002/cronicaX-aborigenes-na-australia.pdf
1981, Crónica do quotidiano inútil vol. 3&4 (1973-81) poesia, ed. Macau (esgotada) https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1016/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-3-4-.pdf http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidianoinutil.pdf , http://www.scribd.com/doc/77870662/cronica-do-quotidiano-inutil-caj-Volume-3-4#scribd
1974, Crónica do quotidiano inútil vol. 2 (poesia) ed. abril 1974 Díli, Timor Português (esgotada) https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1015/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-2-.pdf
1972, Crónica Do Quotidiano Inútil vol. 1 (Poesia) Porto (Esgotado) https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1017/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-1-1972-original-1%C2%AA-ed-CQL.pdf http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidianoinutil.pdf

Contacto do autor: (+351) 919287816 drchryschrystello@yahoo.com.au / chryschrystello@journalist.com

Crônica 0

Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) que foi poeta, escritor, conferencista, professor, tradutor, criador de jornais e revistas, disse certa vez de Platão e Aristóteles que colocaram "dois sistemas opostos diante da mente do mundo". E disse mais: "Todo homem nasce aristotélico ou platónico. São duas classes de homens, ao lado das quais é praticamente impossível conceber uma terceira". Platão ambicionava a sabedoria do além, do mundo das ideias, do qual o nosso mundo é apenas uma sombra pálida. Idealista. Aristóteles procura a sabedoria aqui, com os dois pés no chão. Foi Aristóteles um dos primeiros a procurar uma verdade objetiva sem a necessidade de "mágica". Aristóteles aconselhava a não discutir com qualquer um, uma recomendação que confirma a famosa Lei de Murphy, segundo a qual quando a gente discute com um idiota poderia ocorrer que outros não percebessem a diferença. A conduta, os artigos, a forma cétrica e irreverente de JC falar, sempre obcecado por ser "politicamente incorreto" já há muito denotavam aquilo que o velho Aristóteles categorizava como um "idiota".

Nesta fase adiantada da minha vida, era mais um *homo domesticus* que ficava em casa, incapaz ou sem querer interferir de forma ativa nos assuntos da "civitas". Não aceitava como minha a responsabilidade de lutar sozinho contra déspotas, tiranos, corruptos, medíocres, ao contrário do que fizera já, sem grandes resultados, durante várias décadas. Um autor açoriano, de seu nome Daniel de Sá, já o havia intuído:

Existe um "castelo" na Lomba da Maia. Não tem torres nem ameias nem tampouco o fosso protetor contra invasores e atacantes. Também não tem nome nem dono. Foi assim batizado por aquele escritor, por lá se avistar (dia e noite) um castelão, agarrado ininterruptamente ao seu computador, organizando os Colóquios da Lusofonia.

De facto, dali do topo da sua "falsa" (o nome micaelense para o sótão) a minha janela abria-se sobre todo o mundo: podia observar os mares e os montes, as vacas, as eternas brumas que se aproximavam e, por vezes, desapareciam sem deixar rasto. Outras vezes era a chuva inclemente e impiedosa que vinha ora do norte, ora do oeste ou do sul, e aí sim, ela abatia-se sobre o seu "castelo" e as grossas gotas corriam pela sua janela e toldavam-lhe o juízo, arrefecendo a sua paciência oriental. Mas não foram essas chuvas quem apagaram o fogo da minha paixão pela verdade, equidade, justiça e liberdade, extinto há muito pela sublimação do hábito que torna os quotidianos em tarefas cada vez mais pesadas, quando o desespero se apossa subitamente, sem premeditação. Martelava ferozmente o teclado em frente ao qual gastei a última grossa de anos (não eram doze dúzias, mas assim lhe pareciam) da sua vida, deixava que a vida lá fora corresse sem pressas. Devagarosamente debitava palavras que a gaveta iria consumir com a humidade que, aliás, era muita naquela ilha sempre verde. Sempre a gaveta para onde desde miúdo atirava tudo o que produzia na esperança de um dia lhe vir a ser útil.

Felizmente sempre tive a mania de escrever e guardar o que escrevia. Assim cheguei a ler tudo o que escrevi ao longo de mais de meio século. Eram notas, pequenos apontamentos, escritos e manuscritos de caligrafia variável como os estados de alma, de vários tamanhos, formatos e estilos, que se haviam acumulado em pastas não catalogadas nem sequer ordenadas de qualquer forma específica. Outros ocupavam o lado outro de folhas A4, recicladas de traduções, notícias e outras. Foi um trabalho longo. Ler e rever tudo o que me aparecia escrito e descortinar o que era real, inventado ou meramente sonhado. Alguns faziam parte de escritos e reescritos já publicados, outros nem por isso, e havia os mais recentes publicados já sob o pomposo e deshumble título de *Crônicas: uma circum-navegação*. Uma vez na posse daqueles arquivos preciosos (e muito ficara por ler e desvendar, para memória futura) a minha tarefa fora interpretar e colocar geograficamente os eventos nos locais por onde passara, que nem um caixeiro-viajante do mundo, sempre impaciente e insatisfeito em busca de uma pátria, uma mãe, um lar.

E é sobre essa fluente e vasta escrita que este livro versa. Já aprendera isso com o meu pai e repetia-o até à exaustão pois a experiência ditava-me de que poderiam ser úteis tais anotações. Já o tinham sido por várias vezes. Era difícil aos que me rodeavam compreenderem aquele frenesim, aquela angústia de escrever e por muito que lhes explicasse (o que já deixara de fazer havia tempo) recusavam-se a ver a minha irrepreensível lógica. Sabia que tinha uma missão diferente de todas as outras e teria de a levar a cabo, embora sem ter cartas de marear nem rotas nem itinerários. Era quase um eremita rodeado de gente pouca, por todos os lados, como convém a quem é uma ilha, incapaz de se deixar contagiar pelos clamores externos. Não havia ambiguidades na minha postura, optara por ser aquilo que atualmente era. Já não tinha nem ressentimentos nem ilusões. Já passara o tempo da dor, limitava-me a sorrir pouco e rir qb. A vida passada só fazia sentido para o ego que fora meu, mas já não era. Não poderia repeti-la agora. Tê-la-ia vivido da mesma forma se confrontado com idênticas circunstâncias. O presente devia ser aproveitado sem os hedonismos do passado, com a frugalidade que o meu padrão de vida me permitia, sempre otimista quanto aos melhores dias que podem sempre vir, quando menos se espera, sem nunca desesperar.

Considerava-me um privilegiado, vivi três vidas numa só. Criei três carreiras distintas que prossegui em paralelo e nada de material tinha para mostrar, mas trazia comigo uma pesada bagagem de conhecimentos e cultura que teimava em acarretar sempre que mudava de residência. Tal como George Steiner em "Os livros que não escrevi" não se definia politicamente, eu nunca declarava abertamente as minhas ideias políticas, nem a minha verdadeira posição. Afirmei sempre nunca pertencer a nenhum partido ou clube, e dessa forma reneguei qualquer afiliação que pudesse ter existido nos meus anos formativos. Mesmo quando visualizava os espetáculos desportivos não me deixava levar pelas emoções ou por simpatias, via friamente o que o pequeno ecrã me proporcionava e chamava àquilo o meu entretenimento gratuito. Evitava a todo o custo pronunciar banalidades e raramente subscrevia manifestos. Pelo contrário ridicularizava a impreparação dos jornalistas que debitavam decibéis em telejornais vazios de conteúdo, incitava-os a fazerem as perguntas corretas sem medo de perderem os seus empregos. Raramente via uma coluna vertical e proba naqueles escribas atuais, meus colegas de profissão, sempre de costas vergadas à censura económica dos seus patrões. Raros os editoriais ou artigos de opinião que subscrevi, pois poucos podiam escrever livremente e menos ainda os que os queria ler. Muitas vezes no meu blogue e nas minhas crônicas, fazia análises da conjuntura mundial ou nacional usando meramente o senso comum e interrogava-me porque é que o povo à minha volta não podia ver as coisas com a mesma clareza e transparência com que eu as via.

Escolhi esta forma de isolamento, quicá aprendido da obra de Nietzsche que fora bandeira da minha juventude revolucionária, de aprendizagens várias. Afirmei sempre prezar imensamente a incomensurável liberdade de expressão e de discussão que a revolução de abril (1974) nos trouxera. Tinha esse desprendimento próprio de quem nunca perdoava ter tido o meu primeiro livro de poesia, quase juvenil e inóspita, cortado pelo lápis azul da censura e reduzido a um terço da sua dimensão. O meu retiro no "castelo" aparentava uma passividade que não me era inerente, mas era assim que eu reagia ao desapontamento da democracia conjugado com uma utópica visão do mundo que herdei dos muitos livros

que li, sobretudo na infância e juventude. Temia todos os totalitarismos e fundamentalismos, e já não receava ser acusado de elitista. Nauseavam-me os espetáculos de voyeurismo que as televisões colocavam no ar, sem intimidades, nem privacidades, como se fosse a transposição de tudo aquilo que os malfadados formulários burocráticos haviam conservado de cada um e os resolvesse expor na praça pública para deleite geral. Uma espécie de Maria Antonieta no cadafalso para todos verem e vilipendiarem. Era similar às ações encenadas dos políticos para todos verem o que pretendiam que vissem, como se as decisões sobre o presente e o futuro do país se definissem através desse jogo de sombras chinesas ou de marionetas indonésias.

Teologicamente definia-me como ateu e não como agnóstico, mas lamentava-me de ter perdido a fé com que cresci, embora ainda hoje me limitasse a aplicar na prática todos esses bons ensinamentos. Ironizava ser mais católico do que muitos praticantes do rito romano, e de ter feito mais bem sem olhar a quem, do que muitos daqueles que se continuavam a benzer, e a ir comungar num espetáculo de voyeurismo público que me repugnava. Ao decidir ficar em casa, no meu "castelo" era uma espécie de observador neutral do mundo que se desenrolava a meus pés, ainda, e sempre, convicto de que os seres humanos podem ser iguais, independentemente do seu género ou sexo, da sua nacionalidade ou cor de pele. Estava, porém, lucidamente consciente, desta utopia, pois haveria sempre os favorecidos pela "sorte", os ricos (e quem enriquece à custa de trabalho honesto?) e todos aqueles cuja única missão no mundo era contrariar os meus arreigados princípios de probidade e dedicação a causas perdidas. Estava consciente de que a lei, qualquer que ela seja, qualquer que seja o país, está cheia de iniquidades e favorece obviamente os ricos e os corruptos e quem se "lixo é sempre o mexilhão", pois são sempre os pequenos e os incómodos que servem para dar exemplo da luta contra o nepotismo e corrupção.

Bastava nascer-se no Congo ex-belga, em Kiribati (no Pacífico Sul) ou na Terra do Fogo para as hipóteses de futuro serem radicalmente distintas daquele que nasceu no palácio de Buckingham, só para dar um exemplo dum "rapaz da sua idade". Embora não tivesse nascido com deformações ou deficiências genéticas viria a adquirir uma perigosíssima estirpe viral: a do conhecimento e da insaciável sede pelo mesmo. Aí, congratulava-me por não ter nascido cego, pobre de espírito, ou delinquente. Outra deficiência que adquirira em novo, por influência paterna, tinha a ver com a sôfrega sede do direito inalienável à liberdade de expressão e de pensamento, uma malformação congénita que me valera muitos dissabores pessoais e profissionais ao longo da vida.

Viera um dia, descendo das nuvens que pairavam sempre sobre estas ilhas, como quem não quer poisos certos e acabei por ceder ao peso das dúvidas e das dívidas. O meu andar não era tão ereto nem certo como fora em tempos, a cabeça baixa, os olhos baços e encovados do cansaço e desespero. Arrastava-me penosamente pelo calendário dos dias, sem deixar grandes marcas além das baforadas dos cigarros sorvidos sofregamente. Tinha ainda uma missão a cumprir na vida, das duas ou três que guardara para estes anos finais quando as chamas se apagavam e os sonhos esmorecidos não passavam já de memórias. Atribuía o facto à idade, embora me gabasse de envelhecer suavemente, sem pressas nem negações, mas finalmente deixei de lutar e de sonhar com as áreas vastas e os horizontes sem fim, mais típicas do meu australiano continente-ilha. Aliás, sabia que estava a ficar caduco desde aquele dia em que ao espirrar me saltara a dentadura postiça com estrondo para cima da secretária. Aqui e agora, estava tolhido pelas colinas verdes, as tais vacas alpinistas, as brutais variações climatéricas diurnas, a neblina de mar que vislumbra pela sua janela. O verde afetava-me quase tanto como a frequente falta de sol de que carecia para a função clorofilina. Obrigara-me a nunca me queixar, a estar sempre contentado sem nunca me contentar. Resignado deveria ser o termo, mas fingia que nada me afetava nem inquietava. Isto passava-se enquanto as dúvidas e os temores me assolavam, cada vez mais frequentemente, se bem que numa escala metafísica pouco consentânea com as preocupações mais comezinhas daqueles que me rodeavam.

Tomara-me taciturno, quase monossilábico, não tinha com quem dialogar, eram todos surdos em volta e falavam uma língua diferente com sotaques estranhos e quiçá incompreensíveis. Sentia-me estrangeiro. Duas vezes ao ano partilhava palavras com os meus pares ideológicos nos Colóquios da Lusofonia, mas para isso precisava de organizar esse tipo de reuniões intelectuais à custa de muita labuta e sem proveito qualquer. Perguntava a mim mesmo se era este o preço a pagar para poder falar. Sempre falara, e muito, e agora via-me calado e ensimesmado. Deixara de viajar frequentemente, como fizera toda a vida, e os locais estranhos eram visitados apenas no pequeno ecrã com que entretinha as horas que não passava a teclar.

Politicamente incorreto até à medula, sem ser libertário, raramente deixava perceber quais os meus ideários, mas nunca me cansava de falar em liberdade, em especial, a de expressão e de opinião. Falava da liberdade individual como se ela fosse mais vital do que o pão para a boca ou o dinheiro para pagar as contas. Era de opinião de que todos deviam ter a liberdade que eu (e nós próprios) temos e por isso não me coibia de dizer **não** quando o entendia, em vez de cortesmente dizer sim quando a mente me dizia não. Não pactuava com falsas noções. Era por isso socialmente incorreto quando dizia que não tinha aparecido porque não lhe tinha apetecido ir, ou quando afirmava que preferia ficar em casa, no meu "castelo" a juntar-se às proles.

Aliás, sem cerimónia dizia que me custava estar no meio de multidões, e havia já escrito em 1972 no meu primeiro poema que abria o volume de poesia [Crónica do Quotidiano Inútil] "

-- 11 h.

A correr do café com leite para o elétrico torrado.

Palavras marteladas pelo HÁBITO INCÓMODO.

-- Quinze tostões.

Direito a empurrões, pisadelas.

O pó é grátis

por vezes, o cheiro da democracia custa a engolir...".

Devia ser uma ideia premonitória, dado que quando o escrevera ainda não vivera a democracia, pois decorria então a dita primavera marcelista estiolada que foi o estertor do Estado Novo salazarista. Mas é sempre difícil os outros aceitarem estas declarações verdadeiras e honestas, ninguém gosta de saber que alguém não quer estar connosco e prefere ficar sozinho. Não aceitam que seja preferível uma pessoa ficar em paz e sossego consigo mesmo, essa coisa banal que se resume a estar consigo mesmo e não com os outros.

Há momentos para tudo, para estarmos connosco e momentos para estarmos com os outros. Era dessa liberdade que falava e que procurava, quando não estava bem com algo, não deixava que isso me atormentasse e punha termo ao mal-estar. Mesmo que isso implicasse os outros sentirem-se aparentemente ofendidos e tristes por se preterir a companhia deles ao silêncio dum teclado a ser martelado suavemente com ideias. Era dessa liberdade que falava e era essa liberdade individual que prezava mais do que tudo. Era avesso a todas as formas de dirigismo ou de manipulação, queria decidir por mim mesmo, ainda que inconscientemente estivesse a ser manipulado ou influenciado pelo que lia e ouvia.

Já tinha sido assim quando me proibiram de fumar em locais públicos australianos no fim da década de 80 e depois quando em Portugal a mesma cegueira protecionista da saúde se abateu sobre cafés e outros locais em janeiro de 2008. Para mim tratava-se de mais um fundamentalismo que não estava disposto a aceitar. Se as minhas idas ao café já eram pautadas por períodos limitados a mero conjunto de segundos, frações minúsculas de minutos, estes passaram a ser mais curtos ainda, pois embora habitualmente não acendesse um cigarro após o café, passei a acendê-lo apenas para provar que o podia fazer quando queria e não quando os outros deixassem. A minha relação com os outros era sempre problemática e resumia-se à minha aversão pelos ditames alheios. Fora assim com a autoridade paternal, com as autoridades militares no decurso da minha vida como oficial do exército e no decurso da minha vida profissional. Era avesso aos “carneiros” e talvez por isso mesmo acabaria por casar com uma pessoa desse signo.

Despeitava a inveja alheia, noção que me era alienígena, pois invejava nada ou ninguém. Criticava os outros pela fachada que mantinham, pelos estereótipos com que se regiam: conversas balofas e mesquinhas, sem profundidade. Ansiava por conversas profundas, preferia argumentos “intelectuais” ou até mesmo “pseudointelectuais” em que se esgrimissem argumentos, ideias e propostas concretas de melhorar o mundo, pois isso nem a sociedade, em si, nem os políticos, em especial, se encarregariam jamais de fazer. Acreditava que podia marcar a diferença e começava as revoluções em casa.

Deixei sempre aos filhos a liberdade de escolherem a sua vocação religiosa quando tivessem idade, nunca ia à missa só porque sim, como o meu pai fizera sempre, acompanhando religiosamente a minha mãe, essa sim praticante dessas coisas do culto da missa. Os tempos eram outros e não havia já aquele estigma forte de se ser um não-praticante ou um não frequentador de missas. De qualquer modo acreditava ser coerente. Ao contrário dos meus pais, que raramente me deixavam usar o telefone, cedo coloquei telefones nos compartimentos todos da casa para que o filho mais novo pudesse falar ao telefone ou usar a internet, com moderação. Lembrava-me ainda do tempo em que o telefone tinha apenas trinta centímetros de fio e uma pessoa tinha de ficar ali agarrada aquele pedaço de baquelite preto a falar por monossílabos, com o resto da família perscrutando as ondas e o éter a conjeturarem toda uma conversa que se queria privada. Mais tarde, inventei um sistema com um fio de extensão do telefone que se ligava na tomada e dava para esticar o aparelho pelo resto da casa. Fosse onde fosse que me fechasse: no quarto, na casa de banho, na varanda, já podia falar com privacidade, mas só o fazia de noite quando os pais já dormiam para poder falar longamente... infelizmente o filho tinha um desprezo para com o telefone igual ao que ele agora sentia por esse meio de comunicação retrógrado e que raramente utilizava por prazer. Mais voltado para as novas tecnologias e um típico autoensinado, o filho desfazia-se em digressões e divagações tecnológicas cibernéticas sempre em busca de descoberta do Santo Graal mesmo que não o soubesse nem sabendo bem o que procurava.

Nasci em 1949, fruto dum pós-guerra que abalou profundamente os alicerces da minha família. De abastada em 1906 e possuidora de três carros durante a 1ª Grande Guerra, pouco se via da velha família com laivos de nobreza. A família sobreviveu mal à Grande Depressão de 1929 com grandes perdas financeiras e a sua redução a uma mera burguesia “cheia de pergaminhos nobres, mas sem cheta” como soía dizer-se então. Embora crescessem a falar francês, inglês, italiano ou castelhano ficou sempre uma certa animosidade pessoal contra Franco e os espanhóis e uma certa empatia com a Galiza. Tinha, também, muito orgulho no apelido Meira, cuja origem descobri ser muito antiga.

Família que tomou o apelido de Meira no bispado de Tui (Galiza) o mais antigo que se conhece é Rodrigo Afonso de Meira, senhor do solar de Meira. Mais tarde Gonçalo Pais de Meira, alcaide de Guimarães que, com seus filhos, organizou a defesa da praça, ao serviço da Corte de Espanha, livrou do cerco a cidade de Guimarães no ano de 1369.

Dizia a lenda que saíra da nossa posse um Palácio na Galiza, por um tio-bisavô do lado Meira, que se recusava a tornar espanhol e por isso perdeu todas as propriedades em Espanha dado que os não-Espanhóis estavam então proibidos de possuir terras e bens. Mas a sua verdadeira identidade nunca descobri nem encontrei ligação nossa do lado Meira (radicado em Afife, mas originário de Lugo, Santa Maria de Meira) nem desse antepassado que alegadamente havia sido o dono do Pazo de Meirás em El Ferrol, que é um Palácio de Verão pertença da Coroa espanhola, mas só muito mais tarde vim a descobrir que parecia nunca ter havido ligação nenhuma a esse Palácio de Verão que o ditador Francisco Franco “anexara” na década de 1930 e do qual usufruía por 36 verões consecutivos e que hoje recusam devolver ao estado.

Embora crescêssemos com a capacidade de falar castelhano ficou sempre uma certa animosidade pessoal contra Franco e os espanhóis e uma certa empatia com a Galiza.

As origens de outro ramo da família datam de 960 d.C., anteriores a Afonso Henriques, a cujo aio judeu estavam ligadas pelo casamento da filha de Egas Moniz, ou seja, anterior à formação do próprio Condado Portucalense e de Portugal.

No que diz respeito ao apelido este originou-se com D. Sancho Nunes Barboza, senhor da Quinta de Barboza, na terra do mesmo nome. Era seu solar a Quinta de Barbosa, no termo do Porto, donde tomaram o nome, no lugar de Barbosa, na freguesia de S. Miguel de Rãs (Penafiel, Norte de Portugal). Segundo Miguel de Sousa (in “As Origens dos Apelidos das Famílias Portuguesas”, SporPress, 2001), os Barbosas foram uma importante família nobre portuguesa no século XII, mas que entrou em decadência nos séculos XIII e XIV. D. Sancho Nunes Barboza era descendente de D. Nuno Guterres, aliás Conde D. Nuno de Cela Nova, filho do Conde D. Teobaldo Nunes, um dos mais ilustres e valorosos cavaleiros do tempo do rei D. Bermudo II de Leão. D. Nuno era irmão de S. Rosendo, famoso bispo de Dume no ano de 925. Este nome pode ter sido documentado muito antes da data mencionada acima. Apelido português toponímico, indica um lugar onde há muitas barbas de bode ou barbas de velho (espécie de planta). Como topónimo, José Pedro Machado (in Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa) considera que Barbosa é originalmente um adjetivo na expressão «(terra) barbosa», isto é, «(terra) onde haja abundância de plantas chamadas barba» (ver barba no Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, de António de Morais Silva, 2.ª edição).

A ligação ao título de Conde de Celanova permaneceu na família durante gerações, mas por razões que não vêm ao caso já não estão atuais. Havia também uns primos diretos, mais velhos do que eu, nascidos no Brasil e lá residentes, que queriam o título, a que legitimamente tinham direito por consanguinidade e hierarquia. Passados os dias difíceis da Grande Depressão quando o meu avô morreu (1930) em que terrenos, casas, propriedades e fábricas foram sucessivamente roubados por outros membros da família ou perdidos na voragem da bancarrota, a família sobreviveu à Segunda Grande Guerra.

A Quinta do Cabeço em Afife foi uma das perdas mais sentidas pelo meu pai. Cheguei a conhecer as suas casas de infância, uma na Rua Visconde de Setúbal e Rua da Regeneração (atual Rua João das Regras, onde está um tribunal

agora), mas as casas de verão na Foz e Matosinhos onde passavam o Verão já não as conheci. Consta que alguns membros da família (em especial um cunhado que era contabilista do meu avô) a quem dera apoio com trabalho e benesses foram os que mais se aproveitaram dele estar em maus lençóis.

Ainda viríamos a herdar algo que eles deixaram por não terem descendentes). Com a derrocada financeira e subsequente morte do patriarca viria a impossibilidade de o meu pai acabar o liceu e ter de se resignar a acabar os estudos numa Escola Comercial, tendo cedo começado a trabalhar nos escalões inferiores duma multinacional norte-americana¹. Entretanto, de tenra idade o meu tio, irmão mais velho do pai, emigrou para o Brasil (teria uns 7 ou 8 anos, por volta de 1918) com um tio-avô que ali fez fortuna e deixou descendentes que ainda hoje continuo a descobrir.

Segundo consta, e era tradição oral, o meu pai escandalizou o resto da família e teve de arcar com um certo e duradouro ostracismo. Casara em 1948, segundo o culto católico romano, com uma mulher trabalhadora, noção de todo herege aos olhos do conservadorismo familiar, cheio de pergaminhos, de manias de aristocracia (falida) e sangue azul. Dir-se-ia que nascera, assim, no seio duma atmosfera hostil. A minha mãe era professora primária numa altura em que mais nenhuma mulher (na família do meu pai) trabalhava ou sequer pensava nessa hipótese. Eram, então, todas as restantes mulheres da família de seu pai respeitáveis donas de casa, com tradições a venerar e manter, enquanto tocavam piano e falavam francês, segundo o provérbio popular. Era às criadas que competiam as tarefas de cuidar das crianças, educá-las, ensiná-las, enquanto outras colegas mais qualificadas se encarregavam dos trabalhos domésticos divididos por tarefas como limpezas e cozinha. Aos pais do sexo masculino (nessa altura, os pais eram ainda apenas um de cada sexo) competia trabalhar, manter o bom nome da família, e prover a todas as necessidades (expressas ou não) desta

Do meu lado materno viriam os apelidos Menezes, Madureira, Rodrigues, Magalhães, Moraes e Alves todos consignados ao distrito de Bragança.

Ali teriam toda a sua ancestralidade, ligada entre outros a Dom Nuno Álvares Pereira (1360-1431) descendente de Desidério, último rei dos lombardos, que tentou invadir Portugal e tomar a Galiza em 740 (D. Afonso I). Os Pereira estabeleceram-se em Trastâmara antes da chegada dos mouros. Eram senhores do Castelo de Lanhoso. Aos 16 anos casou com D. Leonor de Alvim, um casamento de conveniência. Deixou descendência a quem D. Duarte deu o título de Duques de Bragança.

Nunca vi a clarificação dessa ligação genealógica à família da minha mãe e mantinha-me céptico em relação à mesma. Já não havia dúvidas quanto ao resto da família embora me intrigassem alguns relatos de que um meu bisavô materno teria sido cônego, casado e pai de filhos, mas também aí nunca descobri a confirmação do sacerdócio desse antepassado, embora houvesse muitas dúvidas matrimoniais não-consubstanciadas em documentos.

Como poucos na família se interessavam pelo assunto e como havia uma política de silêncio profunda, os poucos dados de que dispunha fui-os arranjando na fase monárquica da juventude quando passava as férias nas aldeias transmontanas em busca de histórias e lendas de família. Parecia não restar dúvida, quer pelas imagens quer pelo resto, de que se tratava de uma família (pelo lado materno) com inúmeras ligações a judeus novos ou marranos. Renegados por todas as gerações até aos meus dias, havia os nomes típicos de cristãos-novos como Ester (hebraico: estrela) e Jesuína (latim: aquela que crê em Jesus) que não deixavam grandes dúvidas, a menos que se ignorasse a etimologia dos mesmos. Seriam um peso grande a acarretar durante a vida estas heranças genealógicas das quais só viria a libertar-se muito mais tarde.

Rompendo com a tradição iria ajustar a minha identidade à persona que aceitei como meu alter-ego e com a qual teria de coabitar para o resto dos dias. A minha mulher jocosamente comentara um dia que o meu grande problema existencial era saber qual dos dois venceria o duelo, eu ou o meu alter-ego. Fora importante esta dicotomia para definir a minha personalidade, independentemente das heranças genéticas e outras. Sempre quisera construir o meu rumo sem transportar o peso morto das expectativas, e uma albarda cheia de nomes como alguns membros da família chamados – por exemplo – Alberto Eduardo Miguel Carlos Manuel Filipe José Pedro Arcanjo Francisco e seus respetivos apelidos. Cingir-me-ia, por exemplo, às iniciais JC ou JCC tomadas no seu sentido mais lato como as do filho do deus dos cristãos. Não seria isto mais uma demonstração da minha não-aceitação de destino marrano, e a necessidade de reafirmação da minha cristandade?

Em minha casa no Amial, viviam os meus pais, a minha avó paterna, duas irmãs de meu pai ainda solteiras e a tia-avó Orbela (então separada ou já viúva) que faleceria dois anos depois. Os meus pais levantavam-se muito cedo para irem trabalhar e eu ficava a cargo da empregada e da minha avó, que eu sempre considerei uma pessoa adorável e terna, mas que nunca trabalhara um dia em toda a sua vida e jamais se capacitara de que a família não era rica como dantes.

Vivia num mundo seu, encapsulada num vórtice temporal que nunca transcendeu. Os primeiros quatro anos da minha vida eram preenchidos por longos passeios pela Estrada da Circunvalação Interna no Porto, pois vivíamos no Bairro Garantia, Vivenda Estremadura, na Rua do Amial, mesmo junto a essa saída de portas, antiga barreira fiscal que impedia a entrada e saída de pessoas desse burgo que era o Porto. A casa ainda existe e aparte uma pintura exterior não parece ter mudado nada desde que de lá saímos. No entanto absteve-me de ir bater à porta e pedir para visitar o sítio onde passei os primeiros anos de vida, como quem parte em busca de soluções para problemas que desconhece, ou em busca de pistas para a minha maneira de ser conturbada.

As lembranças dessa época são mais decorrentes das fotos que vi e das quais retive ou recriei uma memória dos eventos por via fotográfica. O que mais persiste na lembrança, e disso não vi fotos, é o enorme fogão a lenha que havia na cozinha e o hábito de a minha avó tomar ao lanche um chá com leite, o chá inglês como ela lhe chamava e que por vezes me convidava a acompanhá-la. A casa tinha dois quartos para a frente, dois laterais, além da sala de jantar e cozinha. Se bem que tenha uma vaga recordação da maior parte dos quartos e da sala e cozinha, há dias interrogava-me onde estava localizada a mobília de escritório do meu avô, que o meu pai herdou.

A minha avó tinha no quarto de dormir uma pianola onde se entretinha a tocar e que mais tarde deixou de fazer parte da nossa mobília quando mudámos. Foi para casa da minha tia (irmã mais velha do meu pai) porque a minha mãe achava que era um "mono" demasiado grande para um apartamento e como não era dada às músicas viu-se livre da pianola e mandou a minha avó tocar em casa dos outros. Ainda está em casa deles.

Na casa do Amial havia uma criada ou "sopeira" como era vulgo conhecida em calão da época (nome usual na época, antes de se passarem a denominar empregadas domésticas, ou auxiliares de serviços domiciliários) que nos acompanhou na mudança e, mais tarde, casou de nossa casa para emigrar para França. Quando regressou de férias, tinha eu sete anos servi de padrinho ao filho dela, meu único afilhado o José Alberto Cortez que nunca mais vi e deve ter cinquenta anos... e a única coisa que o padrinho lhe deu foram os dois nomes...pequena herança.

¹ (Mobil Oil, então chamada Socony Vacuum pela junção em 1931 da Standard Oil Co. de Nova Iorque (Socony) e a Vacuum Oil Co. Em 1955 tornou-se Socony Mobil Oil Co., e em 1963 Mobilgas, ou Mobil Oil, que finalmente em 1999, foi adquirida pela Exxon)

Declaração pública de interesse:

Desmistifiquemos tudo: apesar de hoje em dia não ser já relevante tenho de me definir, como sendo de "esquerda" querendo com isso significar simpatizar com a noção de uma social-democracia à sueca do tempo do malogrado Olof Palme.

Tendo amigos de todas as cores do quadrante político, constato, porém, que se radicalizam, cada vez mais, e viram para uma direita xenófoba (que eu - multicultural - não posso aceitar), e sinto que estão eivados de sede de vingança e ressentimentos que vieram à tona ontem na morte desse estadista que foi Mário Soares, propalando mentiras como a dos diamantes, tubarões e outras, que, de tanto repetidas a ignorantes e incultos, acabam por passar como sendo verdade. Lembro-me das armas químicas do Saddam...

A família e os amigos, normalmente, cabem dentro numa classe em que nem a política nem o futebol impedem de continuarem a ser quem são, nem reduzem a sua relevância para a minha vida, mas....

Sou profundamente contra todos os ismos, sejam eles fascismos, nazismos, islamismos e outros extremismos. Sou antifascista e anticomunista apesar de alguns dos meus amigos. Talvez não seja um anticomunista primário por respeitar que outros possam ser o que quiserem. Há, porém, uma linha que me separa de outros, a minha enorme tolerância, compreensão e respeito pelo OUTRO.

No tocante à descolonização não a discuto pois, normalmente, os interlocutores estão a discutir a vida deles e não a política em si. Também eu poderia usar os mesmos argumentos quando fui impedido de regressar a Timor, minha primeira pátria de escolha... fiz essa catarse e outras.

Não me regozijo com a morte de ninguém, amigo ou inimigo, merecida ou imerecida...ela é sempre uma espada de Dâmocles sobre as nossas cabeças.

Atribuir singelamente as culpas da descolonização a uma pessoa parece-me redutor e errado...basta pensar que Angola e Moçambique eram meros peões na política de domínio da ex-URSS e EUA, tal como Henry Kissinger preconizava. Basta pensar que sem tropa não se faz a guerra e a tropa baixou as armas.

Basta pensar nos verdadeiros culpados, Salazar e Marcello Caetano, que não quiseram, nem souberam antever os ventos da mudança. Um, nem sequer deixava emigrar e colonizar as "colónias", o outro fez marcha-à-ré na chamada primavera política e manteve a sociedade portuguesa amordaçada na cinzenta derrocada do regime....

E em 1974 era já demasiado tarde para qualquer outra solução. Não quero com isto absolver ou culpar seja quem for, muito menos atribuir a culpa a uma ou outra personagem da história.

Termino este desabafo para saudar o grande estadista Melo Antunes, que evitou que Portugal fosse dominado pela máquina bem oleada do PCP, e nos devolveu em novembro 1975 a liberdade recém-conquistada em 1974, essa mesma que prezo e que louvo por me deixar hoje falar sem medos nem retaliações. Essa liberdade de expressão que permite, a todos os que pensam de forma contrária à minha, se manifestem com os seus ódios e insultos. Por aí não vou e agradeço a quem me deu essa liberdade que hoje tanto prezo e pela qual lutei nos jovens anos, antes de ser obrigado a ir "defender as colónias" de arma em riste, feito máquina de guerra, eu, que nunca andei à pancada com ninguém em 67 anos de vida...

Sem o 25 de abril não haveria essa liberdade e os melhores da minha geração teriam continuado a verter o sangue em África.

Sem o 25 novembro 1975, o país dividir-se-ia ao meio numa guerra civil fratricida como a de Espanha, décadas antes, com o Norte e os Açores a recusarem a ditadura do proletariado.

Por isso, haja a decência que se deve a todos os que morrem ou estaremos a caminho de ter um Trump em cada esquina.

CRÓNICA 170. PORTUGAL BRULE-T'IL DÉJÀ? 17-18 JUNHO 2017

Na impotência deste país, destes fogos (postos ou não) destas mortes inúteis sinto aquilo que sempre sinto neste país (Portugal) impotência perante tanta irresponsabilidade.

Claro que mais uma comissão de inquérito será nomeada para ver as suas conclusões arquivadas e posteriormente se ouvirem os ministros e secretários de estado dizerem que está tudo a postos para o combate de incêndios que todos os santos anos (desde há 43) devastam o país para gáudio e lucro das empresas de celulose e quejandos. Madeira ardida é papel barato, mesmo que seja à custa de mais de meia centena de vidas.

A versão oficial definitiva: o fogo de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Ferreira do Zêzere começou com um raio que caiu numa árvore em Escalos Fundeiros, Pedrógão Grande, em consequência de uma trovoadra seca: sempre a culpa divina, esse deus é do camandro...tem umas costas largas.

Mas não se preocupem os portugueses, e menos ainda os familiares das vítimas, existem leis capazes em Portugal, aliás, das melhores leis no mundo sobre o tema. Existem normas e coimas para quem não mantém uma área de segurança de 50 metros em volta das suas casas no meio do mato.

Apenas por mera omissão não é dito que a maior parte dos terrenos que ardem são do Estado que não cumpre essas mesmas normas de limpeza de matas, que não disponibiliza vigilantes da natureza para substituírem os antigos guardas florestais que sem meios eletrónicos nem de comunicação lá iam desempenhando as suas funções (e quem quer ser vigilante da natureza e viver com condições mínimas isolado no meio do mato?).

Também por mera omissão não dizem que a maior parte dos donos dessas casas sem os 50 metros de proteção são idosos, (alguns mesmo muito idosos) incapazes de se movimentarem eficazmente, incapazes de terem 50 euros por hora para alugarem uma máquina de desbaste de mata, incapazes de por si mesmos fazerem eles o trabalho, sem dinheiro para os medicamentos de que carecem, sem dinheiro para pagar o táxi ao centro de saúde para tratarem da saúde de que carecem, abandonados por filhos e netos e deixados à sua sorte em aldeias desertas e desertificadas, donde se retiraram todos os serviços, desde a venda, ao mero café de aldeia ao multibanco, à escola, à própria junta de freguesia amalgamada com outra em aldeias limítrofes.

Por mera omissão não se mencionam as leis que permitem que se continue selvaticamente a permitir o plantio de eucaliptos e outras espécies altamente inflamáveis e totalmente desajustadas à orografia do terreno, mas adaptadas aos interesses de madeireiros e dos que lucram com os incêndios.

Por omissão ninguém falou dos incendiários (perfil típico 20 aos 35 anos, alcoólico, desempregado, com poucos estudos e com gosto de se sentir Nero e ver os fogos que ateia com total impunidade, esteja ou não previamente condenado e em liberdade condicional).

Por omissão ninguém se lembrou que em vez dos milhões gastos todos os anos (em aviões e helicópteros que estão inoperáveis por falta de peças, de manutenção, de dinheiro para as reparações) se deviam contratar engenheiros agrícolas, os chamados engenheiros florestais, (os que verdadeiramente percebem da poda) para fazer uma eficaz manutenção de solos, um reordenamento territorial agrícola usando árvores bombeiras, como o castanheiro, que retardam os fogos e não servem de combustível como os eucaliptos e semelhantes.

Depois ninguém se lembrou de dizer que há 43 anos se segue a política errónea de gastar milhões no combate aos fogos em helicópteros (inoperacionais por falta de peças, de manutenção, de dinheiro para as reparações), em aviões dispendiosos e com muitas limitações em vez de se investir na prevenção, que deveria começar pela restauração do serviço de guardas florestais (vigilantes da natureza), pela definição de uma política de reordenamento territorial.

Menos leis “perfeitinhas” que ninguém cumpre e para nada servem (mesmo quando bem-intencionadas) e mais meios preventivos, com uma nova política das corporações de bombeiros dotadas de meios próprios, pessoal profissional, bem treinado e pago, em vez dos impreparados voluntários que de boa vontade dão a vida por nada.

Escreve Manuel de Carvalho no Público 18 de junho de 2017, 10:54:

Como foi possível que uma população, corpos de bombeiros, forças policiais ou responsáveis políticos habituados a lidar com a devastação dos incêndios florestais não pudessem prever o que aconteceu?

Como foi possível que se tenham deixado aldeias remotas sem evacuação?

E por que não foi suspenso o trânsito em vias de risco?

Por que razão não houve socorro de outras corporações de bombeiros?

Ainda que justas, imperiosas ou evidentes, todas estas perguntas passam ao lado da questão essencial. As alterações climáticas que produziram um dia como o de sábado em meados de junho ameaçam destruir a floresta portuguesa.

E perante a iminência de um cataclismo desta dimensão, o país tem de ir muito para lá das perguntas de contexto ou da justa expressão das dores do momento: precisa de uma energia, de uma determinação e de um conjunto de meios para debelar o problema que parece estar para lá das nossas capacidades atuais.

Cito um especialista: (Jornal Público ALEXANDRA CAMPOS 18 de junho de 2017

A pergunta que todos fazem agora é: teria sido possível evitar esta tragédia?

Paulo Fernandes, engenheiro florestal e professor no Departamento de Ciências Florestais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, acredita que pelo menos teria sido possível minimizar a sua dimensão.

Desde logo porque era possível antecipar que existia um potencial de fatores combinados, como a temperatura elevada, ventos muito fortes e, sobretudo, a instabilidade atmosférica (trovoadas e raios), que já estava prevista há dias, explica.

“Uma mistura fatal”, sintetiza. “Temos de estar preparados.”

Em Portugal, não há pessoas especializadas em meteorologia de incêndios, há académicos, mas não há operacionais”, diz, notando que qualquer país com este potencial adverso tem de ter pessoas a trabalhar nestas áreas “a tempo inteiro”.

Todo o sistema de prevenção e combate a incêndios precisa, aliás, de ser reformado, defende.

“Esta originalidade portuguesa de ter fases alfa e charlie não faz sentido hoje.”

Um sistema moderno não pode estar dependente do calendário, tem de ter flexibilidade para responder sempre que necessário, até por causa das alterações climáticas.”

A própria conceção do sistema, “pulverizado por várias forças com pouca massa crítica, torna tudo mais difícil”, acrescenta, lembrando que temos “um sistema muito focado no combate”, em que 90% do investimento é para esta área.

Mas Paulo Fernandes também acentua que se lembrou dos incêndios ocorridos em 2009 na Austrália, “um dos países mais avançados na prevenção e combate e até na preparação das pessoas” para lidarem com este tipo de situações.

Nesse ano, morreram na Austrália cerca de 170 pessoas, “quase todas quando tentavam fugir”. Mas a frente das chamas chegou a ser de 200 quilómetros e as projeções (de materiais, como cascas) chegaram a 30 quilómetros, nota.

Agora, o que pede é que se retirem ilações desta tragédia. “Acho inconcebível que responsáveis do Governo e até o Presidente da República comecem logo a declarar à queima-roupa que tudo correu muito bem”, porque isto, acredita, contribui para “a desresponsabilização”.

Depois lembrem-se de cada héli privado de combate a fogos, custa ao Estado 1500 euros por hora a que acresce IVA, quanto mais tempo durarem os incêndios e quanto mais incêndios houver mais estes privados lucram.

O Estado retirou da competência das Forças Armadas, em finais de 1980, o combate aos fogos para os entregar aos privados....

Estávamos na altura do boom das PPPs [parcerias público-privadas]. O ambiente era propício.

O regresso da Força Aérea ao combate aos incêndios tem gerado controvérsia dentro do Governo. Enquanto a ministra da Administração Interna invoca a falta de capacidade deste ramo das Forças Armadas, o ministro da Defesa considera «inevitável» que a Força Aérea adquira os meios em falta para voltar ao ativo.

E termino dizendo, preparem-se que isto é apenas o começo de uma nova era de situações atmosféricas atípicas, temperaturas extremas (no verão fogos e no inverno inundações) num país onde se cimentaram ribeiras, onde se plantaram árvores não-autóctones altamente inflamáveis, onde se desviaram cursos de água, onde se não faz adequada manutenção de solos, onde se não limpam matas, e onde haverá sempre situações climáticas extremas como estas...e não adianta culpar as divindades, ou a natureza, ou a anormalidade.

Podemos minimizar ou atrasar os seus efeitos, mas não a podemos controlar em absoluto.

A natureza é quem tem sempre a última palavra.

CRÓNICA 171. DE HERÓIS HISTÓRICOS E OUTROS (2 LIVROS DE JOÃO MORGADO) 30/6/2017

Já li muito mais do que leio hoje, o tempo cada vez foge mais depressa dos meus pés à medida que a quarta idade da vida se aproxima. Igualmente devo assinalar para que conste que nunca, como agora, me acontece começar a ler um livro e deixá-lo de parte sem pachorra para assistir ao seu lento desenrolar.

É curioso como há mesmo factos novos que a idade inventa para nos alterar percursos antigos. Dantes lia os livros todos até ao fim, mesmo que não gostasse deles. Hoje – talvez devido ao menos tempo que tenho disponível para ler – ou um livro me cativa nas primeiras (digamos) trinta páginas ou está condenado a servir de oferta a uma pessoa de quem eu não goste muito.

Há autores que não conheço e que a medo começo a explorar nos livros que leio. Foi o caso de João Morgado autor premiado que se juntou aos colóquios da lusofonia em Belmonte.

Não sabia o que esperar nem sabia ao que ia quando me debrucei no Diário dos Imperfeitos que era citado como sendo uma viagem à intimidade das pessoas de uma pessoa enclausurada nas emoções sequestradas e cito da publicidade da editora Casa das Letras (Leya)

Diário dos Imperfeitos é uma viagem à intimidade das pessoas. Vítima de um acidente, a Gaivota é uma mulher que precisa de redescobrir todas as emoções sequestradas dentro de si. Ao mesmo tempo, reaprende a conhecer o seu corpo – uma aventura refreada pela moral, pela sombra do pecado e pelo medo que pode levar à própria insanidade. Uma luta interior entre o bem e o mal, que leva a uma inevitável conclusão: todas as pessoas são imperfeitas! Como irá reagir de novo à sua realidade? Voltará a ser quem era? E os que estão a seu lado, como vão sobreviver a esta viagem?

Uma escrita intimista, que procura descortinar os sentidos e as emoções dos diferentes personagens. Do prazer mais carnal ao amor puro, passando pela falsa moral da sociedade e da religião. Pelo meio, a filosofia simples de duas personagens inusitadas – a mulher que lê pensamentos e um pintor de sóis na parede. São eles que levam o narrador a perceber os sentimentos da «Gaivota» e nos ajudam a refletir sobre temas tão controversos como o amor, o desejo, o sentimento de culpa ou o próprio nojo. Isto pouco ou nada me dizia do que iria encontrar: não me falava do pintor que pintava cores dando vida ao cinzento dos dias nem da mulher que limpa a casa e os pensamentos e assim embarquei na história dentro da história como se começa a perceber nos últimos 4/5 do livro sem saber como vai terminar a história de amores imperfeitos e de emoções em conflito.

Não adianto mais sobre a trama, mas segui com atenção a mulher amada / desejada / descartada e mais tarde regressada (nunca se deve regressar ao lugar ou à pessoa com quem se foi feliz?), histórias de amor, encontros, desencontros, sociedades herméticas bem típicas da região onde o autor nasceu no interior mais profundo da Cova das Beiras.

História da fuga para a cidade de vícios e pecados em contraste com a pureza e religiosidade falsas e aparentes desse interior. Histórias de vida que se desenrolam lentamente como se a cada dia se descobrisse mais uma chave secreta para a imperfeição do amor e dos amados.

E mais não digo desta empolgante história ou das histórias dentro desta história que nos enleia e mantém presos, também nós, atores da mesma, torcendo por uma ou outra personagem contra a corrente da própria dinâmica do conteúdo, pois o novelo não se desenrola como esperamos e antecipamos, antes depende das cores que o pintor pinta e das limpezas da mulher que nos limpa a casa e os pensamentos. Depois de ter lido este mergulhei com redobrado interesse em Vera Cruz a história do Cabral que andou a descobrir Brasis.

Se surpreendido ficara com a qualidade da trama e a desenvoltura da escrita no Diário dos Imperfeitos nem sei que diga deste empolgante livro de ficção histórica (o autor chama-lhe história romanceada) em que o editor (Clube do Autor) propala ser.

O novo romance de João Morgado, autor já com vasta obra publicada, centra-se na vida desconhecida de Pedro Álvares Cabral e numa época tão gloriosa quanto distante. Trata-se de um livro que facilmente ambiente o leitor no período áureo da nossa História no qual (re)descobrimos viagens acidentadas, jogos de sombras e traições, na Índia e no reino de Portugal, rivalidades e intrigas. E também um Pedro Álvares Cabral capaz intrépido e valente, por vezes desiludido e arrependido.

Vou ser breve, este livro empolgou-me três dias seguidos e só parei quando o acabei de ler. Pode não ser a versão mais real dos factos apresentados, mas segue um rigor histórico apenas entrecortado por duas personagens ficcionadas e revela bem o que poderia ter sido a verdadeira história por detrás do descobrimento do Brasil, a ambição desmesurada desse rei a que chamam de venturoso. Vale a pena ler e meditar. Para muitos a sacanice do Gama (esse Vasco corsário que autores como Sanjay Subrahmanyam haviam escarpelizado de forma bem mais negativa) é aqui explicada de forma mais lógica e racional, em especial a sua segunda ida a Calecut na expedição da Armada da Vingança.

A história muda consoante os tempos e os autores, e a história de Portugal sai daqui menos mítica, mas mais humana. Gama aparece aqui não como o mítico herói que a história criou em lendas e contarellos, mas como o homem mau que era, enquanto Cabral surge como o verdadeiro humanista ao serviço de princípios cristãos.

A descrição de Pero Vaz de Caminha do seu encontro com nativos do Brasil é um marco na história das descobertas inigualado.

A brutalidade das conquistas portuguesas com cortes de cabeças, orelhas e outras realidades típicas da época demonstram a violência das descobertas sem tirar brilho à epopeia das mesmas, e mostram um Cabral em conflito interno com os ensinamentos da Ordem de Cristo e a fama que granjeara como cavaleiro.

Por isso, e por outras razões que não convêm a uma história de epopeias como a portuguesa, Cabral é - ainda hoje - o menos falado e mais esquecido dos grandes homens dessa época, e este livro irá repô-lo no panteão daqueles que merecem lá estar. Uma bela biografia de Pedro Álvares Cabral, um homem renascentista bem maior do que a época em que viveu e a quem o Brasil muito deve. Uma obra imprescindível para os que gostam de aprender história (mesmo romanceada e os romances de João Morgado são bons romances tecidos para nos enlearem do início ao fim do livro).

Por tudo isto sinto-me privilegiado nos Colóquios da Lusofonia em termos aceite este novo associado que é um extraordinário autor a merecer que eu complete a leitura das suas outras obras.

Uma última observação, a feliz profusão de notas de rodapé que ajuda a complementar factos históricos e dados quem nem todos devem assumir como conhecidos dos iletrados atuais.

CRÓNICA 172. DA ESPERANÇA COMO FORMA DE VIDA. 8/7/17

Rezam as crónicas que sou moderadamente otimista desde há muitas décadas, baseado no princípio de que as coisas podem sempre ser piores, mas também podem vir a melhorar, e, normalmente, a vida convalesce connosco. Acredito piamente que a sorte se constrói com muito trabalho e esforço e creio que o destino – ao contrário de várias correntes de opinião – não está previamente traçado. Porventura, estará delineado para a carneirada que não pensa nem se dá ao trabalho de agir. Para os restantes, os poucos que sabem ser bípedes pensantes, o destino é feito de altos e baixos que vamos construindo e destruindo ao longo das decisões que tomamos.

Dito isto, nunca me arrependi de nenhuma decisão, mesmo as que provaram serem um fracasso total, pois na data em que as tomei decerto me pareceram as melhores, sopesados os prós e contras. Posteriormente, tal como sempre tentei fazer, exerci o meu direito de autocrítica e autoavaliação psicológica das minhas ações e – quando o soube ou quando o pude – fiz as correções que entendi necessárias. Nos meus anos mais jovens, digamos entre os 17 e 23 (1967 a 1973), desde que entrei na Faculdade e comecei a ter um interesse ativo e prático na coisa pública e política a vida deixou de ter duas tonalidades (o branco e preto) e adquiriu centenas de tonalidades de cinzento.

Não podíamos ter nessa época associações de estudantes, mas um pequeno interstício legal permitia que criássemos uma Pró-Associação de Estudantes e foi isso que eu e outros fizemos, sob o olhar condescendente das várias entidades repressivas da época. A principal atividade e fonte de receitas era a de copiar sebatas de matérias para os alunos do

curso, depois começamos a organizar convívios (Faculdade de Economia do Porto) no final do ano em pleno Palácio de Cristal (hoje Pavilhão Rosa Mota) onde tínhamos um ou dois grupos de música pop, um Manuel Freire (para os mais intelectuais) e uma Maria da Fé para os mais popularuchos. Não havia liberdade, não havia democracia, mas havia seres pensantes e conseguíamos agradar a todos. (Hoje só há pimbas).

Nessa época qualquer jovem vivia com dois dilemas fundamentais (caso fosse um ser pensante, havia ainda alguns naqueles tempos) um, era a espada de Dâmocles da malfadada tropa (o exército colonial português que decepava as vidas e esperanças dos jovens ao enviá-los para uma guerra colonial que ninguém queria nem entendia), a outra era o facto de não pertencermos à Europa nem ao mundo naquela política do “orgulhosamente sós” a que a ditadura salazarenta se agarrava.

No que conseguíamos ler e ouvir queríamos ter a liberdade de um Woodstock americano, das manifs de estudantes de Paris em 68-69 e subsequentes em vez de vivermos sob uns “brandos costumes” que me obrigaram a pagar uma multa de 2\$50 (dois escudos e cinquenta avos) por andar descalço no acesso à praia mas antes desta...ou que me obrigavam a uma multa (creio que de 250\$00) por não ter licença de porte de “arma” (neste caso a “arma” era um isqueiro). Alguns colegas eram “bufos” não só da PIDE mas das atividades económicas e ao denunciarem o meu uso de isqueiro sem licença ganhavam 50% da receita...

MAS HAVIA ESPERANÇA, a guerra colonial acabaria, tal como a Guerra do Vietname iria acabar e a democracia haveria de chegar a Portugal como chegou a alguns países da Europa após a segunda grande guerra. Não sabíamos era quando...lembro que enquanto estive como aspirante a oficial, no RAL4 em Leiria, nos passeios longos de tertúlia com o malgrado (então major) Melo Antunes nas margens do rio Lis entre março e setembro 1973 ele me dizer que se estava a preparar algo para daí a dois ou três anos (no pior cenário seriam uns cinco anos). Falava-se de vida, de filosofia, de aspirações e sonhos e felizmente vivi o suficiente para ver a maior parte desses sonhos concretizados. Mas NUNCA, JAMAIS esquecerei o que era viver sem liberdade (especialmente a de expressão e de pensamento).

Antes do 25 de abril em Portugal havia uma coisa chamada lápis azul, ou censura, que em 1972 me cortou 70 páginas a um livrinho de poemas adolescentes que publiquei então com cerca de trinta páginas... O resto é já história, o 25 de abril trouxe, de facto, a liberdade de pensamento e de expressão e muita água correu sob as pontes da minha vida até ao dia de hoje em que me vejo confrontado por uma sociedade mais desigual do que nunca, de uma falsa fluência consumista.

Uma sociedade comandada à distância por grupos obscuros da finança que controlam a maior parte dos países e seus governantes, e conduzem a maior parte da população a novas formas de escravatura, dissimulada ou não, reduzindo a capacidade de as pessoas escolherem livremente o seu rumo, encarneirando-as rumo a um abismo como o célebre “Pied Piper of Hamelin” e os lemmings [lemingues] que se atiravam do precipício ao som da flauta mágica antes de ele raptar todas as crianças dado que os habitantes não lhe pagaram o que era devido por ele se ter visto livre da praga de ratos. Muitos conhecem a história sem saber que ela se baseia em eventos reais ocorridos em 1284 naquela cidade da Baixa Saxónia na Alemanha.

Ora é neste mundo rapidamente evolutivo que me encontro neste ocaso de vida (a geração da minha avó nascida em 1885 e a minha em finais da guerra estavam mais perto uma da outra do que as gerações dos meus filhos e dos meus netos onde existe já um fosso civilizacional e tecnológico apreciável).

O meu filho mais novo está agora numa fase semelhante à minha em finais dos anos 60. Já não há guerra colonial, mas há guerras (declaradas umas, outras não) um pouco por toda a parte, nunca a humanidade viveu tão bem materialmente como agora, mas também nunca houve tanta miséria como hoje.

Nunca houve tantos letrados no mundo nem tantos iletrados, o acesso universal à informação avassala as pessoas que não estão programadas para pensar, para tomar decisões, para fazerem escolhas.

Por outro lado, muitas das teorias da conspiração confirmam-se e desconhecemos as que nos ocultam. E eu a precisar de lhe dar conselhos e a ajudá-lo a acertar o rumo sem saber como. Nada do que eu cria é hoje real, nada do que me regeu em termos de princípios, ética, moral, vale um chavo. Este já não é o meu mundo tal como não é o da minha mãe, que do alto da sua sabedoria de 94 primaveras repetidas vezes o proclama. Por mais que me atualize tecnologicamente, a evolução foi de tal forma rápida que todos os princípios por que me regi deixaram de ter o valor absoluto que tinham. Sei que o feudalismo transmontano a que assisti na minha juventude não volta mais, mas apercebo-me de novas formas e cambiantes de opressão – umas mais dissimuladas que outras – que substituem essas relações feudais por outras em que as pessoas até têm direito a voto, mas esse voto de nada serve, a não ser para darem a aparência de liberdade de escolha. Esse voto vai apenas sufragar as escolhas que outros fizeram em nosso nome, não muito diferente do voto na velhinha Assembleia Nacional salazarenta...

E é isto: a esta geração falta a ESPERANÇA que nos movia, são todos uns zombies dependentes dos seus aparelhos permanentemente conectados onde a realidade virtual tem mais valor do que a real.

Mas como me dizia o amigo e cientista José António Salcedo quando estabelecíamos comparações entre hoje e as nossas tertúlias filosóficas do final da década de 1960: “a realidade não existe, fora das nossas conceções...” Essa é também a opinião de alguns cientistas australianos que demonstram que a realidade não existe de acordo com a física quântica. Uma experiência realizada provou aspetos bizarros e complexos da física quântica que podem ser um tanto quanto complicados de entender. De acordo com o trabalho desenvolvido por uma equipe de físicos da Universidade Nacional da Austrália, a realidade não existe até que possa ser medida. Para chegar à conclusão, os pesquisadores colocaram em prática o Experimento de Escolha Demorada, de John Wheeler, para comprovar que tudo depende da medição. O professor adjunto da Escola de Pesquisa Física e Engenharia da UNA, Andrew Truscott, explicou, em outras palavras, que

“... em nível quântico a realidade não existe se você não está olhando para ela”. Seria como colocar um gatinho dormindo dentro de uma caixa de papelão e fechá-la.

O gatinho não será real para um visitante que não sabe o que a caixa contém, até que ela seja aberta e revele o seu interior.

Isto levanta uma questão básica: se há um objeto, quando ele decidirá se comportar como uma partícula ou como uma onda?

O misterioso comportamento da luz é um exemplo.

Você pode ver o efeito mesmo quando uma luz brilha através de duas fendas estreitas.

A luz se comporta tanto como uma partícula, passando por cada ranhura e lançando luz direta na parede por trás dele e como uma onda, gerando um padrão de interferência, resultando em mais de duas faixas de luz.

Deduzindo a partir do senso comum, o objeto deveria ser uma onda ou uma partícula, independentemente da forma como é medido.

No entanto, os cientistas australianos conseguiram demonstrar o que a física quântica defende: a maneira como esse objeto será medido é que definirá se assumiu um comportamento de uma onda, ou uma partícula.

Na época em que o experimento de John Wheeler foi proposto, em 1978, não havia tecnologia possível para realizar a experiência, que contou com feixes de luz devolvidos por espelhos. Agora, no entanto, a tentativa foi recriada usando cem átomos de hélio espalhados em estado de suspensão, conhecido como condensado de Bose-Einstein. Em seguida, eles foram ejetados, até restar somente um átomo.

Depois, deixaram o átomo passar através de um par de raios laser, propagados em direções opostas, formando um padrão como se fosse o desenho de uma rede, como uma grade sólida que iria dispersar a luz. Aleatoriamente, foi adicionada uma segunda rede de luz para combinar novamente os caminhos, depois de o átomo ter passado pela primeira. Era esperado que o átomo sofresse interferência construtiva ou destrutiva, caso tivesse viajado tanto como uma onda ou como um átomo. Mas quando a segunda grade foi adicionada, não se observou interferência, como se o átomo tivesse escolhido apenas um caminho.

Resumindo (se for possível): esperava-se que o átomo de hélio se comportasse como a luz, ou seja, passaria pela grade como uma partícula ou como uma onda.

Nesta experiência, um segundo conjunto de grades de laser foi ativado aleatoriamente apenas após o átomo ter passado através da primeira.

Como resultado, os pesquisadores descobriram um padrão de interferência ondulatória no comportamento dos átomos, uma vez que passaram pelo segundo conjunto de lasers. Mas se não houvesse um segundo conjunto de lasers, os átomos se comportariam como se fossem partículas e seguindo apenas um caminho. Se alguém escolhe acreditar que o átomo pegou um caminho em especial, isso significa que uma medição futura está afetando o passado do átomo. A respeito disso, Truscott explicou: "Os átomos não viajam de A a B. Foi só quando eles foram medidos no final da viagem que o seu comportamento ondulatório ou partícula semelhante foi trazido à existência".

[Fonte: RT, ANU Crédito: agsandrew / Shutterstock.com]

CRÓNICA 173: UMA VISITA VIRTUAL AO FAIAL: AS BOIAS DA MEMÓRIA DE MANUEL LEAL. 8/7/17

Não sou crítico literário nem entendo sobre as tendências da literatura. Sou um básico apreciador de livros que, normalmente, classifico de duas formas: gosto ou não gosto, depois há 60 cambiantes de cinzentos entre esses extremos ("60 shades of grey, e não é o filme).

Normalmente, o que acontece quando gosto de um livro, começo a ler e em todos os momentos livres volto ao seu contacto para atingir o fim. Se, pelo contrário um livro não me cativa nas primeiras 30 páginas, vou arrastando a leitura até esta se tornar penosa e eu o abandonar a meio. São imensos os que cabem nesta última categoria por mais afamados e premiados que sejam os autores. Noutras ocasiões apesar de não estar a ser satisfeito o meu gosto pela leitura, vou pensamente adiando deixá-lo de parte e, por vezes, o milagre acontece.

Lembro-me bem, há uns anos atrás, que o Passageiro em Trânsito de Cristóvão de Aguiar demorou quase 80 páginas a cativar-me e a prender-me até ao fim do livro. Talvez fosse uma exceção em que a trama da aranha ia tecendo a sua teia até me envolver totalmente.

Doutras vezes, acontece que vou tomando notas mentais à medida que progrido na lenta descoberta do conteúdo de um livro. Foi o que me aconteceu recentemente com *As boias da memória* de Manuel Leal. Um livro que não se pode adquirir no mercado açoriano ou português, pois nenhum editor ou distribuidor se mostrou interessado e como o autor vive nos EUA, há décadas, vai certamente passar ao lado da maior parte dos leitores que gostariam de o ler.

Não sendo um tratado de genealogia no verdadeiro sentido da palavra, cumpre a função de catalogar centenas de habitantes do Faial nas décadas de 1940 e 1950, prosseguindo com a sua árvore até aos nossos dias.

Vou antes do meio do livro, finalmente, inventei tempo para mim...estou a gostar dos detalhes narrativos (por vezes até em demasia, mas percebe-se porquê...) e a visitar uma terra como imaginei que seria bem antes de cá chegar...o que só vem confirmar as minhas teorias sobre o feudalismo pós 25 de abril constatado aqui na costa norte de São Miguel.... Esta era a minha impressão ainda antes de chegar às cem páginas iniciais.

Depois, fui prosseguindo nesta leitura diferente, de forte crítica social e política, enquanto percorro episódios da vida no Faial que um ou outro colecionador de jornais da época poderia conhecer, ou que existem na memória de alguns avós ainda vivos sobre essa época. Por vezes, penso que estou a ler descrições de séculos passados há muito e não de uma época que coincide com o meu período de vida.

Prestes a atingir o fim do livro, existem ainda lugares que já não consigo reconhecer por terem desaparecido, mas consegui visitar o Faial numa época anterior à minha recente chegada a estas ilhas no princípio deste milénio. Foi tudo ainda bem pior do que tinha imaginado. Só não entendo por que não se revoltaram estes oprimidos contra tanta tirania.

Fiquei a conhecer quase metade dos seus habitantes e seus "apelidos" ou cognomes populares.... Nota-se ao longo da narrativa uma incansável sede de justiça pelas desigualdades sociais, pelas injustiças e iniquidades prevaletentes na sociedade açoriana, reflexo de um profundo ressentimento pessoal que nem, os anos fizeram esmorecer... Infelizmente nem para o autor (psicólogo de profissão nos EUA) nem para mim veremos o dia em que as ilhas estarão entregues aos seus, a pequena massa crítica existente iria provavelmente fazer o que fez aquando do surgimento da literatura açoriana..iam todos ser açorianos de repente, sem se separar o trigo do joio e os mais politizados iam aproveitar-se da nova e total autonomia para dominar, e como vem nos livros, o povo continuaria a ser escravo embora teoricamente livre...hoje estou pessimista em relação ao futuro gostava de poder trazer de volta homens como Teófilo e Arriaga mas já não se fabricam...

Falta hoje espírito de missão como o que rege os colóquios da lusofonia: fazer de borla algo de que todos beneficiam sem olhar a quem e sem ter benefícios pessoais. E os que podiam pensar assim estão todos como eu, velhos e acabados...o livro conta da miséria, da pobreza, da subjugação que caracterizou a verdadeira escravatura açoriana e faialense, mais típica de uma Revolução Industrial inglesa de 1800 do que de um país alegadamente europeu.

Sem assistência nem previdência social os trabalhadores eram meras peças de uma máquina a descartar e ignorar, quando doentes ou mortos, e os familiares teriam que vender todos os seus bens para os trazerem de volta mesmo quando iam a tratamento em Portugal. Fala-nos de crianças a trabalhar a troca de uma bucha de pão as horas dos adultos e a acartar as mesmas cargas pesadas fosse no carregamento de barcaças de carvão ou em outros mesteres.

O autor ao indignar-se contra esta exploração desenfreada – tão típica da sociedade açoriana – chama a atenção para um processo que existia em paralelo em Portugal, só que nos Açores essa exploração e humilhação era levada até aos extremos mais nojentos da exploração capitalista desenfreada. Enquanto em Portugal os servos da gleba iam tentando a sua sorte ao emigrar a "salto" para França, Alemanha, Suíça e Luxemburgo, nos Açores as portas dos EUA e Canadá, sobretudo, eram uma hipótese alternativa, mas mais reduzida. Era mais fácil na época dos iates e baleeiros em que quase bastava saltar para bordo, ou no tempo dos corsários em que a escravatura destes era preferível à existência miserável em terra.

E assim ao longo de cerca de 300 páginas vamos seguindo muitas vidas e outras tantas mortes de gente anónima que o autor ora repesca para a posteridade. Por entre muitas histórias de sucesso feitas fora das ilhas existem outras mais tristes, nomeadamente as dos que ficaram vivendo sempre acorrentados à grilheta colonial que Lisboa impõe sobre estas colónias esquecidas a que chama de Região autónoma dos Açores. Não conheço o autor pessoalmente, mas gostei deste trabalho didático, bem delineado, bem descritivo, bem pormenorizado que me leva a compreender ainda melhor por que uma verdadeira autonomia tem de ser consubstanciada na libertação do povo e esta será sempre a via da independência.

Finalmente chegou o dia de ler *invictas brotassem*, um livro datado de 2012 de Clarice Nunes-Dorval. Trata-se, ao que creio, do seu primeiro livro de poemas, depois de alguns arremedos de publicações diversas e avulsas em que a autora ia sentindo o pulso à veia inspiradora que, decerto, há muito a consumia.

Numa primeira análise superficial e sem querer ser crítico devo dizer que a autora me surpreendeu pelo empenho em transmitir as suas vivências, amores e desamores, encruzilhadas de sentimentos.

Ficamos a saber ao que veio quando escreveu este livro e ao que vai quando escrever outros, quiçá de maior envolvimento social do entorno que a rodeia.



Este livro é ainda demasiado pessoal e demasiado sofrido, e espero ansiosamente novos desenvolvimentos com mais sincretismo, maior endosso dos temas sociais que superfluam nas palavras ora mantidas sob o véu daquilo a que chamo os amores e desamores. Quero ler esta autora quando ela sofridamente se debruçar sob o mundo que aparentemente a preocupa e a consome, mas que ainda não invadiu o sacrário dos seus sentimentos pessoais, que são determinantes na orquestração destas primeiras 125 páginas de poesia. Quero ler esta autora quando ela exprimir a sua raiva, a sua dor em temas menos pessoais pois por enquanto as dores do mundo ainda não são as dela.

De forma cuidada e palavras sopesadas ela desenvolve a sua teia de convicções no convívio que partilha conosco dos seus sentimentos e por isso não hesito em recomendar esta nova escritora que mais não é do que a associada dos Colóquios da Lusofonia, Carolina Cordeiro, uma prosadora que ora dá os primeiros passos nos seus romances e nos promete termos de voltar a falar dela em posteriores momentos quando as flores invictas brotarem de novo.

CRÓNICA 175. O QUE É A LUSOFONIA NOS 20 ANOS DA CPLP, JULHO 2017

"Não tenho culpa de ter nascido em Portugal e exijo uma pátria que me mereça" (Almada Negreiros)

Escrever é fácil: comece com uma maiúscula e termine com um ponto final. No meio, coloque ideias. (Pablo Neruda)

"Somos um grande povo de heróis adiados, partimos a cara a todos os ausentes...somos incapazes de revolta e agitação... (Fernando Pessoa, "Obras em Prosa", Círculo dos Leitores, III vol. p. 292)

175.1. MITOS DA LUSOFONIA

Vivi, convivi e aprendo ainda a coabitar com lusofalantes, dos Orientes exóticos "Que o Sol em nascendo vê primeiro"² que mitos salazarentos criaram aos orientes menos exóticos que a revolução do 25 de abril (1974) esqueceu.

Pugno pelos filhos que falam português qualquer que seja o país em que nasceram ou vivem, mas constato que encontro mais estrangeiros interessados em apoiar iniciativas de preservação da língua portuguesa do que nativos da mesma.

Criamos novos mundos e redescobrimos outros, sem jamais identificarmos a mesquinhez desta nossa maneira de ser que nos faz sentir grandes – talvez até maior do que somos, quem sabe?

Agora que o grande desafio do século XXI nos confronta maior que um Adamastor, importa afirmar aquilo que imodestamente nunca fizemos, nem mesmo quando o Português era a língua franca de todos os comércios do mundo.

Precisamos de manter viva a nossa língua e vamos precisar de todos, especialmente daqueles que forem capazes por artes e engenhos de assumir iniciativas arrojadas: que o façam sem ser em busca de louvaminhas ou encómios, sem ser em busca da vã glória e fama fugaz de que se fazem tantas carreiras, sem ser em busca de usura ou lucro. É preciso gente dedicada, mesmo com fama e nome ou simplesmente anónimos como os trabalhadores que quotidianamente constroem o nosso meio ambiente.

Não precisamos apenas de iniciativas arrojadas, mas revolucionárias, mesmo que os formatos sejam os tradicionais: simpósios, conferências, seminários, colóquios, ou o de meros boletins informativos (eletrónicos ou impressos), capazes de captar ouvintes e leitores com a língua de origem lusófona que adotamos ou queremos como nossa.

Mesmo que sejam os políticos bem-intencionados, mas deles não queremos as vãs e bem-soantes palavras eleitoralistas que um qualquer vento dos votos levará, queremos trabalho e o cumprimento de décadas de promessas.

Queremos uma política da língua, à semelhança doutros países, que permita a sua divulgação ampla como meio fundamental de manter a independência política, cultural e linguística. Só assim manteremos acesa esta chama com que comunicamos dos Algarves D'el-rei que já esquecemos, às Índias de Vice-reis que nossas nunca foram, a Timores de quem olvidamos a existência durante cinco séculos, às Goas, Malacas e Macaus de que apenas nos lembramos quando nos queremos sentir orgulhosamente beneficiários dessa herança portuguesa que é a língua.

A essência do problema é manter a língua e a cultura vivas, não interessa onde nem como.

(in Mitos da Lusofonia Revista Agália 2002)

175. 2. CIDADANIA DA LÍNGUA PORTUGUESA. LUSOFONIA AGONIA

Surgiu há anos uma proposta do Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra para a criação de uma Cidadania da Língua Portuguesa (no Mundo) que importa analisar, pois ela contém os germes do sucesso inerentes a todas as propostas radicais e inovadoras num país como Portugal, marcado por tradicionalismos avessos a mudanças.

Para quê, esta cidadania? Para que todos os lusofalantes, independentemente de outros idiomas que outros idiomas que com a língua de Camões comunguem, possam identificar-se como uma entidade única e universal, importante, capaz de sobreviver a guerras, diásporas e outras tragédias que têm assolado os lusófonos.

Quem são, o que fazem, o que pensam e sentem, qualquer que seja o local a que chamam terra mãe. Será que as línguas crioulas ou Pidgin e as indígenas se sobrepõem às outras? Porque o ensino do português é oficial querera isso implicar que ele vai suplementar as línguas nativas?

Quando seremos capazes de admitir como lusofalantes que a língua a que chamamos nossa só pode sobreviver se enriquecida por outras?

Dura lição esta, para aqueles, que, segundo diz o escriba "deram novos mundos ao mundo". Se não aceitarmos esta realidade multilingue das comunidades lusófonas, criamos o conceito de ter uma língua viva com o mesmo futuro do esperanto.

Estas são as perguntas que aqui se põem e que alguém – que não eu – terá de responder. Estas são questões fundamentais para a sobrevivência da Língua Portuguesa, qualquer que seja o sotaque ou a origem do país a que chamamos nosso, mesmo que o não seja.

(in Lusofonia Agonia 1, Revista ELO online 2002-11-15)

175. 3. A PROPÓSITO DO 4º COLÓQUIO DA LUSOFONIA

Ximenes Belo, pediu em Bragança um maior investimento dos governos de Portugal e Timor-Leste no ensino da língua portuguesa aos timorenses. Para o Prémio Nobel da Paz, o futuro do português, que os timorenses adotaram como língua oficial, depende dos dois governos, português e timorense, porque "há, naturalmente, vontade de aprender, de conservar, mas por outro lado precisa-se de ajuda e de políticas para a manutenção da língua em Timor-Leste".

"Tem havido apoio, mas é preciso investir mais e sobretudo investir nos timorenses, que haja mais professores de português, que haja mais bibliotecas, que haja, enfim, uma coisa intensa" disse, à margem da sessão de encerramento do IV Colóquio da Lusofonia, em Bragança, onde durante dois dias de debateu sobre a língua portuguesa em Timor-Leste.

Para o antigo bispo de Díli "não chega" haver professores portugueses em Timor-Leste: "é preciso formar timorenses, é preciso criar bibliotecas, infraestruturas e, sobretudo, manter alguma rádio, televisão e diários para que se faça entrar a língua espontaneamente na mente das pessoas".

D. Ximenes Belo recordou depois ao auditório que os timorenses continuaram a batizar os filhos com nomes portugueses e a rezar e cantar em português, mesmo durante a proibição, entre 1975 e 1999, mas disse que a ocupação indonésia deixou marcas. "Vocês querem que os timorenses falem a vossa língua, mas os timorenses apanharam bofetadas, foram torturados por falarem a vossa língua", disse.

A disputa também de outras línguas, nomeadamente o inglês, compreende-se, na opinião de D. Ximenes Belo, que recordou que Timor está numa zona com vizinhos como a Austrália, Filipinas, Singapura, Tailândia, Hong Kong, onde as pessoas falam esta língua. "Mas Timor foi sempre parcela especial com ligação a Portugal e mantendo o português constituiu uma dimensão própria daquela pequena nação", considerou. Mesmo com o passado histórico de séculos de colonização portuguesa, D. Ximenes considera que o português não é tão fácil assim para os timorenses.

"Os timorenses acham mais fácil o indonésio porque não tem conjugações, não é tão complicado como o português, mas é preciso apostar" afirmou. D. Ximenes Belo escusou-se a comentar questões políticas ou sociais do país, afirmando estar há três anos fora, em Moçambique, e ter "poucas notícias" (de Timor). Disse, no entanto, que a sua preocupação é que haja paz, tranquilidade e reconciliação em Timor e que os jovens tenham trabalho.

HFT. LUSA. Transcrito de in A propósito do 4º colóquio da lusofonia, Revista Agália 2005)

175.4. MITOS DA LUSOFONIA

Na abertura do 2º Colóquio da Lusofonia, em outubro de 2003 em Bragança, tentei alertar contra os fundamentalistas de várias cores que visam preservar uma visão estática da língua portuguesa que se opõem a quaisquer inovações da língua e às alterações que o novo dicionário da Academia de Ciências veio introduzir.

Por outro lado, começam a existir movimentos ativos que podem levar a que o Português na sua variante Brasileira se emancipe. Creio ser apenas uma questão de tempo (dada a ausência duma política da Língua por parte de Portugal) para que o Brasileiro seja declarado língua e nessa altura o Português (europeu) estará condenado pois os 10 milhões de habitantes mais uns tantos milhares na Galiza (variante Galega) não serão suficientes para fazer frente a uma língua autónoma como a Brasileira com cerca de 200 milhões de falantes.

Das ex-colónias portuguesas não se poderá contar com muito apoio dado o exíguo número de pessoas (para além das elites políticas dominantes) que domina a língua de Camões. Assim, a verificar-se (e creio ser só uma questão de tempo) a emancipação da variante brasileira a língua portuguesa europeia estará condenada a uma morte lenta associada a uma rápida diminuição e envelhecimento da população de Portugal que aponta para uns meros 7,5 milhões em 2050 contra os atuais 10,3 milhões.

O que é preciso é que o povo se entenda, que os portugueses não se armem em detentores únicos da língua ou como temos ouvido como aqueles que falam o Português puro. Os tempos não estão para purezas nem para puritanismos, porque o português que se fala em Portugal varia da Bragança dos Colóquios aos Açores onde vivo atualmente.

Todos falam Português e todos eles falam diferente de Norte a Sul, de Leste a Oeste. São lusofalantes todos aqueles que têm o Português como língua seja ela língua-mãe, língua de trabalho ou língua de estudo, vivam eles no Brasil, em Portugal nos PALOP, na Galiza, em Macau ou em qualquer outro lugar. Sejam eles nativos, naturais, nacionais ou não de qualquer um dos países lusófonos. A uniformização linguística, a redução a um mesmo denominador comum é castrante e limitadora. Ela inibe e retrai a natural expansão da língua e do conceito mais lato e abrangente da Lusofonia que professamos.

O espaço dos Colóquios Anuais da Lusofonia é um espaço privilegiado de diálogo, de aprendizagem, de intercâmbio e partilha de ideias, opiniões, projetos por mais díspares ou antagónicos que possam aparentar. É esta a Lusofonia que defendo pois creio que é a única que permitirá que a Língua Portuguesa sobreviva nos próximos duzentos anos sem se fragmentar em pequenos e novos idiomas e variantes que, isoladamente pouco ou nenhum relevo terão.

Se aceitarmos todas as variantes de Português sem as discriminarmos ou menosprezarmos, o Português poderá ser com o Inglês uma língua universal colorida por milhentos matizes da Austrália aos Estados Unidos, às Bermudas e à Índia. O Inglês é língua universal, mas continuou unido com todas as suas variantes.

(in Mitos da Lusofonia, Jornal Primeiro de Janeiro fev 2006)

175.5. LUSOFONIA E TODAS AS SUAS DIVERSIDADES CULTURAIS

Com a chegada em 2007 dos patronos Malaca Casteleiro (Academia de Ciências de Lisboa) e Evanildo Bechara (Academia Brasileira de Letras) chegou a altura de passarmos a uma fase mais atuante da nossa intervenção, como membros da sociedade civil numa área que o poder político descarta e evita.

Apraz-nos dentro da nossa independência e subsídio-independência, constatar o apoio de alguns politécnicos e universidades, que vem premiar o esforço abnegado e dedicado numa mão cheia de pessoas que acreditaram na vitalidade dum projeto sem paralelo no âmbito da Lusofonia.

Esta noção de Lusofonia abrangente sem distinção de credos, raças, nacionalidades ou outros fatores de distinção, tem-nos permitido congrega esforços e vontades, criando sinergias e desenvolvendo mecanismos em rede, sem paralelo. Falta apenas convencer os PALOP de que não somos nenhuma ameaça nem uma quinta coluna dum novo Império cultural, antes pelo contrário.

Devemos aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão que com a nossa podem coabitar.

(in Diário de Trás-os-Montes novembro 2007)

175.6. A UNIÃO PELA MESMA LÍNGUA

Ressalto do historial dos Colóquios da Lusofonia a sua ação na divulgação da açorianidade literária ou de como ainda é possível concretizar utopias num esforço coletivo.

Um exemplo da sociedade civil num projeto de Lusofonia sem distinção de credos, nacionalidades ou identidades culturais.

Em 2001, os Colóquios brotaram do intuito de criar uma Cidadania da Língua, proposta radicalmente inovadora num país tradicionalista e avesso a mudanças.

Queríamos que todos se irmanassem na Língua que nos une.

Pretendíamos catapultar a Língua para a ribalta, numa frente comum, na realidade multilingue e multicultural das comunidades que a usam.

A nossa noção de LUSOFONIA abarca os que falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade.

Em 2010 passamos a associação cultural e científica sem fins lucrativos e, em dezembro de 2015 passamos a ser uma entidade cultural de utilidade pública.

Creemos que podemos fazer a diferença, congregados em torno de uma ideia abstrata e utópica, a união pela mesma Língua.

Partindo dela podemos criar pontes entre povos e culturas no seio da grande nação lusofalante, independentemente da nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência.

Desconheço quando, como ou porquê se usou o termo lusofonia pela primeira vez, mas quando cheguei da Austrália (a Portugal) fui desafiado pelo meu saudoso mentor, José Augusto Seabra, a desenvolver o seu projeto de Lusofalantes na Europa e no Mundo e aí nasceram os Colóquios da Lusofonia.

Desde então, temos definido a nossa versão de Lusofonia como foi expresso ao longo destes últimos anos, em cada Colóquio.

Esta visão é das mais abrangentes possíveis, e visa incluir todos numa Lusofonia que não tem de ser Lusofilia nem Lusografia e muito menos a Lusofolia que, por vezes, parece emanar da CPLP e outras entidades. Ao aceitarem esta nossa visão muitas pontes se têm construído onde hoje só existem abismos, má vontade e falsos cognatos.

Felizmente, temos encontrado pessoas capazes de operarem as mudanças.

Só assim se explica que depois de José Augusto Seabra, hoje, os nossos patronos sejam Malaca Casteleiro (Academia das Ciências de Lisboa), Evanildo Bechara (Academia Brasileira de Letras) e a Academia Galega da Língua Portuguesa representada por Concha Rousia.

Depois, acrescentamos como SÓCIOS HONORÁRIOS E PATRONOS DOM XIMENES BELO EM 2015 E EM 2016 JOSÉ RAMOS HORTA (os lusofalantes do Prémio Nobel da Paz 1996), a que se juntaram (em 2016) Vera Duarte da Academia Cabo-Verdiana de Letras e José Carlos Gentili da Academia de Letras de Brasília. Aguardamos a adesão da Academia Angolana a este projeto.

A Academia Angolana junta-se a nós no 28º colóquio em outubro 2017 em Vila do Porto.

O espaço dos Colóquios da Lusofonia é um espaço privilegiado de diálogo, de aprendizagem, de intercâmbio e partilha de ideias, opiniões, projetos por mais díspares ou antagónicos que possam aparentar.

É esta a Lusofonia que defendemos como a única que permitirá que a Língua Portuguesa sobreviva nos próximos duzentos anos sem se fragmentar em pequenos e novos idiomas e variantes que, isoladamente pouco ou nenhum relevo terão.

J chrys chrystello preside à AICL Colóquios da Lusofonia desde 2001

(in <https://www.diariodetrasmontes.com/cronica/o-que-e-lusofonia-nos-20-anos-da-cplp> //n <https://blog.lusofonias.net/?p=60477>)

CRÓNICA 176, SONHAR AINDA É GRATUITO 28 JULHO 2017

Ando farto de fazer zapping aos telejornais que se arrastam – não por horas, mas por dias a fio – sempre a esmifrarem a dor alheia, a tragédia, os fogos, as falhas disto e daquilo, as promessas eleitorais da próxima campanha autárquica e imaginei um mundo feito à minha medida.

Assim, enquanto as imagens desfilavam mortais eu imaginava um candidato autárquico a anunciar que decidira não se recandidatar pois não cumprira a maior parte das suas promessas eleitorais de há quatro anos.

Enquanto as chamadas inflamavam o pequeno ecrã imaginei o governo, deputados, bombeiros, peritos florestais e demais interessados sentados em volta de uma larga mesa erguerem-se a celebrarem a vitória de terem chegado a acordo para as formas de evitar o flagelo dos incêndios que anualmente dilapidam o país há mais de 40 anos.

Como não havia som não soube bem que medidas unanimemente acordadas eram essas que iam poupar milhões, apostando na prevenção em vez de os gastarem no combate às chamadas.

Ao ver as recentes inundações que afetam pontos esparsos da Europa, imaginei que os órgãos dessa Europa desunida a que se chama EU, tinham unanimemente acordado em medidas ambientais para acabar com a manipulação da geoengenharia, causadoras de *flash floods* (enchentes repentinas), de granizo do tamanho de bolas de golfe, etc.

Ao assistir à crise humanitária das pragas de doenças que subitamente atacam um ou outro país, a mando das farmacêuticas a quem apenas interessa vender fármacos em vez de curar ou minorar a doença, descobri que uma

companhia farmacêutica do Terceiro Mundo iria disponibilizar vacinas e tratamentos gratuitos contra as novas pragas que a humanidade propaga como se fossem naturais.

Só faltava mesmo apagar a dívida das nações para que pudessem crescer com os seus meios utilizando as riquezas naturais que os países dominantes exploram a seu bel-prazer competindo num mercado verdadeiramente livre sem manipulações de especuladores da meia dúzia de bancos e de famílias que dominam a economia mundial.

Só faltava agora acreditar que a população mundial era toda educada e culta, sabendo votar sem ser lavada ao cérebro por políticos ambiciosos e que a Novilíngua da mentira e da falsa notícia fora exterminada, incapaz de medrar por entre gentes cultas e educadas.

Mas isto já seria pedir muito e o mundo afinal nunca foi justo, nem educado, nunca deixou de discriminar, nunca deixou de explorar os mais fracos e indigentes intelectuais, através da política, da religião, do fanatismo, mas, se um dia, esse mundo existir é nele que quero viver num equilíbrio ecológico e ambiental em que a única incógnita seria a das forças naturais e seus eventos cataclísmicos, que nenhuma procissão aplacará... (sonhar ainda é gratuito!)

CRÓNICA 177. SOU ANTISSOCIAL OU ALÉRGICO AO RUÍDO A QUE CHAMA MÚSICA? 30/7/17

A jornalista Carmen Ventura queixava-se hoje na blogosfera:

Porque não fazem os festivais no meio de um pasto e deixam dormir quem está cansado de trabalhar???
À distância que estou das 'poças' e o barulho é medonho.
Falta de respeito.
Raios partam a quem autoriza uma merda destas...

...

Escrevi há anos em CrónicaAçores: uma circum-navegação vol. 2 (ed. Calendário de Letras):

A festa em honra da padroeira é celebrada no último domingo de agosto, com procissão e arraial tendo já a duração de uma semana em festejos.
 ...
Nos últimos anos, a afluência de emigrantes e visitantes tem aumentado substancialmente.
Em dias de festa, vive-se um outro espírito na freguesia, as pessoas empenham-se em embelezar suas casas bem como as ruas.
Nesse domingo de festa, as ruas por onde passa a procissão são decoradas com magníficos tapetes de flores...
 ...
Aliás, desde as Festas do Divino que as festas não pararam.
Todas as noites há foguetes e barulho, aqui na aldeia, até altas horas.
Num destes dias já eram duas da manhã e os foguetes ainda estrebavam, contrariamente às normas europeias e portuguesas relativamente à poluição sonora...
 ...
Havia gente nova há um ano à espera deste evento.
Isto permitia abrir todas as válvulas reprimidas.
Libertava a libido e os sonhos reprimidos de doze meses ilhéus, nesta prisão sem grades, que todas ilhas costumam ser.
 ...
Era a maior festa da aldeia do ano.
As diversões para os novos são poucas, sendo o opérculo de escape anual dos locais.
Velhos e novos, crianças e adolescentes, todos dançavam, pulavam e bebiam.
Bebiam e bebiam e tornavam a beber como se não houvesse amanhã.
Se calhar não haveria mesmo.
O som da música enchia uma noite amena.
 ...
... há anos que me queixo do mesmo e uma vez ao ano tento fugir das festas, primeiro punham altifalantes na rua, depois eram as "discotecas" improvisadas 3 na minha rua e rua paralela, com o som bass de uma delas a ir até às 3 ou 4 da manhã...estando calor era um horror mesmo com vidros duplos o som entrava e a casa tremia...nem polícia, nem comissão fabriqueira, nada...depois decidi emigrar todos os anos na semana das festas, mas nem sempre o posso fazer (este ano vai ser um deles, e já sei que durante uma semana vão tentar a tortura sonora que faria inveja aos métodos da PIDE.
 ...
Tanto a minha rua como a paralela onde vivia o saudoso Manuel Sá Couto são residenciais e não devíamos ter de ouvir a trampa de música e de barulho que debitam...é a época do ano em que tenho mais saudade da minha civilizada Austrália...
Acreditem que até já adormeci com auscultadores... e dizem-me que sou um desmancha-prazeres e nada há a fazer... uma vez ao ano sou mesmo antissocial.
 ...
Num dos anos a música da festa anual entrava janelas adentro tonitruante, com altifalantes de dez em dez metros a debitar pimba desde as oito da manhã.
Estava muito calor nesse ano e a minha mulher ia tomar uma atitude drástica, mas, felizmente, apareceu p vizinho saudoso Manuel Sá Couto que ao saber deste predicamento, subiu a um escadote e desligou os altifalantes que nos invadiam a privacidade e a sanidade.
 ...
A partir de então e já vão mais de dez anos, decidimos tirar férias na semana das festas.
Foi assim que acabamos por conhecer as ilhas todas, por mais de uma vez.
Chegada a última semana de agosto, para espanto e incompreensão dos locais zarpamos daqui para fora por uns dias.
Infelizmente, a minha mulher todos os anos tem de se apresentar na escola dia 1 de setembro, e nalguns casos como a festa coincide com o último domingo de agosto ainda temos de ser sonoramente violentados mais uns dias...
Respeito o direito dos locais preservarem esta tradição ancestral para a qual poupam todo o ano, seguindo a tradição de que era nestas festas da paróquia que se apalavravam os casórios das filhas espigadotas.
Ainda hoje, as jovens, de tenra adolescência, andam todas vestidinhas, penteadinhas, pintadinhas a passear rua abaixo, rua acima, ou no largo do coreto da igreja, a mostrarem-se como se estivessem numa feira de gado, desculpem a comparação.
Claro que os casamentos já não são apalavrados como dantes, mas esses tiques permanecem imutáveis, gravados na herança genética.
De notar que aqui na Lomba da Maia a consanguinidade é elevadíssima, muito mais do que na vizinha Maia...
 ...
E mais uma vez, a tradição manteve-se com os seus ademanos, mas a razão de ser dela perdeu-se no progresso que também das modinhas de música tradicional para a música pimba e música brasileira durante o dia enquanto à noite é o bum bum bum de um som "bass" bem forte, que faz tremer as paredes, acelerar o ritmo cardíaco e faz perder a paciência a um santo que não sou.
 ...
Além disso, como se tal não bastasse, não nesta festa, mas em todas as ocasiões (e elas parecem ser semanais) há as roqueiras (os tradicionais foguetes ruidosos) que impedem qualquer descanso, assustando animais e humanos a qualquer hora do dia e da noite.
Costumo sempre dizer que se eu mandasse metia-lhes as roqueiras num sítio que não digo para nunca mais acenderem nenhum foguete..., mas isso são desabafos causados pela impotência de lidar com esta calamidade das festas, do ruído e da tradição profundamente adulterada que nem sequer serve para arranjar um bom casamento...

e como foi escrito:

O casamento é o triunfo da imaginação sobre a inteligência." Óscar Wilde [1854-1890]

Ou, como afirmava Nietzsche, "festejar é poder dizer: sejam bem-vindas todas as coisas".

Pela festa o ser humano rompe o ritmo monótono do quotidiano.
 Façam uma festa, mas mais silenciosamente.

Há mais respeito pelas prostitutas do que pelos soldados, furriéis e oficiais milicianos (à força) do exército colonial português, todos escondidos e envergonhados. Afinal eram mesmo apenas carne para canhão.

Na maior parte dos países onde vivi e nos que visitei havia uma certa aura de glória, direi mesmo, respeito, pelos bravos que ao longo dos séculos haviam combatido em nome dessa noção alienígena que é a pátria.

Havia paradas monstruosas e centenárias como as célebres marchas dos ANZAC (*Australian and New Zealand Corps*) na Austrália, e mesmo nos EUA, durante anos, houve respeito pelos bravos que forma vítimas das 1001 guerras americanas no mundo, nomeadamente na 2ª Grande Guerra, no massacrado Vietname, Coreia, etc.

Como antimilitarista, ferrenho e empedernido, que sempre fui e recordando que fui obrigado a ir para fora defender um Império que já não existia e que, a mim, nada dizia, tenho de admitir que de nada me envergonho nesses anos, em que agi de acordo com a minha consciência, com a minha ação anticolonial como melhor forma de servir a dita "pátria" (segundo Ramos Horta eu era um oficial anticolonialista, in Expresso 28/11/2015)

Mas para todos, mesmo para aqueles que cegamente obedeceram às ordens militaristas e fizeram o que lhes mandavam, até por que na maior parte dos casos, não tinham alternativa, creio que lhes deve ser concedido o respeito de que hoje carecem, esquecidos numa teia de doenças, alcoolismo, depressão, sem apoios do Estado que os mandou morrer e matar pela pátria. Bem ou mal, eles fizeram o que se esperava que fizessem. E vemo-los hoje, nos sem-abrigo, nos membros de famílias disfuncionais, no conluio com os seus segredos de guerra ciosamente guardados, sem catarse possível. Nos EUA é bem pior, pois os veteranos de guerra são já uma espécie de escória a varrer para o esquecimento, sob o tapete diáfano de mil e uma guerras sem razão, como se as guerras alguma vez tivessem alguma razão, exceto a perpétua repetição da história dos países.

Quando cresci ainda havia respeito pelos veteranos sobreviventes da mortandade que foi a campanha portuguesa na 1ª Grande Guerra, conheci alguns desses heróis, de medalhas ao peito em marchas da famigerada Liga dos Combatentes (a que também pertenci durante uns anos após o 25 de abril, pois podia-se comprar comida mais barata no "casão"). Hoje, não sabemos quantos são, quantos sofrem, quantos sobrevivem. nalgumas aldeias e vilas do interior profundo de Portugal. Alguns autarcas mandaram erigir pequenos monumentos em honra da memória desses bravos, mas regra geral, foram esquecidos e eles mesmos temem falar sobre o tema, ou evitam-no a todo o custo.

Nos Açores, autores houve que trataram o tema em livro: Urbano Bettencourt, Cristóvão de Aguiar, João de Melo, para citar apenas alguns que me vêm à memória de momento, mas outros preferem manter um silêncio discreto, tal como o dono do café da esquina, o dono do restaurante mais acima, o lavrador que vive na rua e se recusa a falar do tema e tantos outros de que nem sei a existência.

Estava uma pessoa entretida nas suas lides nos anos de 1960, a estudar, a trabalhar e mourejar nos campos aqui nos Açores ou em Trás-os-Montes, ou em qualquer outro local e vinha a malfadada mobilização para Angola, Guiné, Moçambique, ou qualquer outro ponto do império e a vida acabava ali, mesmo que voltassem vivos e sem mazelas de vulto. Para muitos, adiava-se a ida enquanto se pudessem continuar os estudos, sempre na esperança infundada de que a guerra colonial acabasse. Para outros era a saída da sua terrinha natal (e quantas vezes não era esta a primeira vez que saíam do seu cantinho natal, da sua freguesia ou aldeia, da sua ilha?).

Não irei descrever as noções contraditórias que de todos se apoderavam no caminho de ida, na estadia e no possível regresso se não morressem ou não ficassem estropiados, pois isso foi tema de pessoas mais abalizadas que eu.

Sei apenas que a mim foi um trauma que gorou todos os meus planos de vida, me impeliu para vários planos inclinados e me obrigou a agarrar a várias boias de salvação para percorrer o caminho que levou ao momento, hoje em que escrevo aqui e de novo: Há mais respeito pelas prostitutas do que pelos soldados, furriéis e oficiais milicianos (à força) do exército colonial português, todos escondidos e envergonhados. Afinal eram mesmo apenas carne para canhão.

CRÓNICA 179 DEMOCRACIAS ARMADILHADAS 12/8/2017

Cresci, como sabem, numa ditadura. Havia até quem lhe chamasse branda, como brandos costumes eram alegadamente os do povo que a suportava. Cresci acreditando que um dia o país faria parte da Europa e do mundo, e esse mundo estava tão longe que bem podia pertencer a outra galáxia. Lembro-me de ir a Tui comprar discos dos Beatles ou beber Coca Cola que em Portugal eram proibidas com medo dos miasmas contagiosos de civilizações estrangeiras.

Depois, veio o dia de todas as esperanças, um 25 de abril (quase sem mortes e com cravos na ponta das espingardas) e eu, que vivia em Timor, esperei por ele que tardaria a chegar (teria ido de barco?) e jamais arribou.

A Europa cresceu, o sonho dessa europa unida medrou e ela cresceu descontroladamente, até ter mais olhos que barriga e ficar desesperadamente naquela palhaçada que hoje é. Por toda a parte, uma após outra as ditaduras iam sendo aniquiladas e substituídas por vários modelos de democracia onde alegadamente o povo e a sua vontade eram representados em parlamentos. Com a queda do Muro de Berlim e o glasnost a dar lugar a uma nova Rússia todos acreditamos que sonhar era isto, quando esses sonhos se tornavam realidade até na América Latina e América do Sul. Já então, o neoliberalismo da nova ordem mundial tinha disseminado as suas sementes com a Thatcher e o Ronald Reagan, mas nós não sabíamos que isso iria perverter todo o ocidente. Lentamente, nestes últimos vinte anos assistimos a um constante retrocesso nas conquistas dos direitos fundamentais da humanidade, de igualdade, solidariedade e justiça. Mais do que nunca as democracias estão a ser manipuladas criando uma aparência de vontade popular através do voto universal, mas sendo, na prática, substituídas por autocracias da Rússia aos EUA passando pela Venezuela e dezenas de países, sem falar daqueles onde as escolhas democráticas foram substituídas por nomeações da grande e anónima banca internacional, do grande capital do petróleo às farmacêuticas que tudo controlam. Isto num mundo em que a verdade é ficção e a ficção é a neoverdade.

Ainda há dias a ler Umberto Eco, *O Cemitério de Praga*, me apercebi de que como isto sempre aconteceu sem nos darmos conta. Entretanto, países que se habituaram a mandar e a serem os xerifes do universo, como os EUA (em substituição dos decadentes grandes impérios que duas grandes guerras aniquilaram) continuam a inventar invasões, primaveras políticas, depondo ditadores ou democratas a seu bel-prazer. Dir-me-ão que a democracia ainda é o menos mau dos sistemas (como primeiro afirmou Winston Churchill). Claro que uma democracia é a pior forma de governança, salvo todas as outras alternativas, e não adianta chorar sobre os defeitos da democracia: a corrupção dos políticos de todas as cores, o nepotismo, os arranjinhos parlamentares (ora agora mamás tu, ora logo mamó eu, etc. Há algo que sempre afirmei e reitero, mesmo que já não sirva para grande coisa, o 25 de abril trouxe-me o bem mais precioso: a liberdade de expressão, a mim que sou um individualista nato e jamais conseguiria viver numa autocracia. Dantes, os países

democráticos tinham eleições os outros não (nem mesmo as mascaradas eleições do partido único em Portugal o ocultavam). Hoje assistimos a um novo e preocupante paradigma, a semi-democracia onde existe a aparência de uma verdadeira democracia com eleições e tudo o mais, mas onde a realidade não está representada, com resultados viciados, roubo descarado de votos e tanta manipulação que o resultado é a via autocrática transvestida de democracia oca. O que temos assistido nas últimas décadas é um ataque à democracia, e são as próprias instituições europeias quem mais tem atrofiado o funcionamento dos sistemas democráticos. A democracia é uma planta muito frágil que precisa de ser regada diariamente. Como escrevia em 2015 Elísio Estanque³

Por um lado, são os poderes económicos de um capitalismo desenfreado, rendido à força do mercado e do dinheiro e aos múltiplos interesses que à sua sombra se expandem, mortalmente lesivos dos princípios democráticos. Financiamentos ilegais de campanhas eleitorais, promoção de testas de ferro, candidatos fantoches, quadros e dirigentes ao serviço de esquemas dominados pela corrupção, etc., são exemplos de que o vírus cancerígeno da democracia tudo subverte. Por outro lado, são as próprias estruturas partidárias que, na sua obsessão pelo poder, alimentam as mais perversas ligações e oligarquias na defesa das suas negociatas, reprimem o contraditório e combatem o debate democrático interno, que são a essência da democracia política.

O exemplo de uma semi-democracia, semi-autonómica, é bem visível nos Açores onde existe um parlamento regional e alguma teórica liberdade de escolha, mas onde todas as decisões relevantes para o povo açoriano são definidas em Lisboa pelo governo central, ao atropelo e revelia das normas autonómicas, com a cumplicidade das forças no poder. O povo, que até nem é totalmente ignorante, vota com os pés (isto é, abstendo-se) ou vota a favor dos que o mantêm subsidiodependente, num ciclo vicioso que se define assim: vota em mim e recebes apoios, não votas e desenrascas-te sozinho contra uma malha burocrática que te vai aniquilar.

As vozes independentes, são poucas e raras e vão sendo silenciadas sem lugar a destaque nos meios de comunicação totalmente silenciados numa onda de autocensura que lhes permita sobreviver. Estamos a caminho da autocracia, mas ainda com a manta diáfana da aparência democrática. Infelizmente, o pior ainda está para chegar. O nacionalismo e a xenofobia chegam ao poder com o voto do povo, a Democracia, de que Churchill dizia ser o menos mau de todos os sistemas conhecidos.

E até mesmo eu, que sempre me considerei um otimista nato, tenho demasiadas dúvidas, rodeado como estou por autómatos não-pensantes, obcecados com os pequenos ecrãs dos seus smartphones e impérvios aos atropelos à dignidade, equidade e justiça que acontecem em volta como se pode ver nesta imagem do Titanic a afundar-se e os naufragos a tirarem "selfies". Possa eu continuar a falar em casa e na rua, sem medos persecutórios, mesmo que as minhas palavras já não cheguem a muitos nem sejam lidas, e isso já me contentaria nestes dias difíceis que se avizinham. Quando essa liberdade se perder, de facto só terei de me conformar e aceitar que me implantem um "chip" para o meu próprio bem tal como nem George Orwell (1984 e o Triunfo dos Porcos) nem Aldous Huxley (Admirável Mundo Novo) conseguiram imaginar.



CRÓNICA 180 TURISMO, ESTACIONAMENTO, SHUTTLE, LIXO, RATAZANAS E CORTESIA 16 AGO 2017

A qualquer ponto da ilha de São Miguel onde se vá, encontra-se lixo e mais lixo e contentores a abarrotar...então ninguém pensou em alterar o esquema de recolha de lixo face ao aumento de pessoas, na ilha, nas praias, nos locais e miradouros turísticos...? hoje à noite na Praia dos Moinhos em Porto Formoso o lixo amontoado servia de péssimo cartão de visita a quem nos visita...na ribeira ao lado havia ratazanas de tamanho bem nutrido a condizer com um anúncio que há meses anuncia uma desratização da ribeira (só se for no cartaz ..).

... estacionamento por toda a parte, os parques não chegam, não há transportes coletivos, e os caçadores de votos não veem isto???? ... eu vi e continuarei a ver....e a alertar.

... criem depressa um serviço de "shuttle" = minibus (de 10, 15 ou 20 lugares) da Ribeira Grande e de Ponta Delgada para os miradouros e locais de mais turismo como a Lagoa do Fogo, Vista do Rei, Caldeiras, Caldeira Velha, etc....a um preço simbólico de 50 cêntimos. Façam viagens de 15 em 15 ou de 30 em 30 minutos nos meses de junho a setembro, e mais espaçadas no resto do ano. Proibam os grandes autocarros de irem a esses locais. Depois fiscalizem e implementem uma luta sem cartel ao estacionamento selvagem (não multem, reboquem os carros da estrada como se faz nos países mais civilizados), mas criem alternativas, sem aumentar o número de estacionamentos permitidos, sem criarem novas obras, sem estragar a paisagem. O investimento é pequeno e os resultados seriam excelentes.

Quanto ao lixo mudem a rotina que até pode funcionar nos meses mais calmos, mas nos de maior afluência de gente dão uma péssima imagem da ilha aos que nos visitam (e que queremos nos continuem a visitar). Façam recolhas diárias ou bidiárias nos locais de mais afluência, estabeleçam novos contratos mais flexíveis (isto não é ciência atómica, mero senso comum de quem nada sabe sobre o assunto). Intensifiquem as campanhas nas escolas e nas comunidades para não deitarem lixo para o chão, mas – simultaneamente – coloquem papeleiras e cinzeiros de 50 em 50 metros nas cidades, nas vilas e freguesias. Nos vários Fóruns (Fora) sobre os Açores leio diariamente preocupações semelhantes e sugestões...o turismo das companhias aéreas de baixo custo já cá está há uns meses largos, já houve tempo mais do que suficiente para

³ In <http://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=opinioao&id=12516#.WY7w6FFJbs0>

uma atitude do GRA (governo da região) encarar soluções para uma afluência para a qual nem a ilha, nem a restauração, nem demais estruturas estavam preparadas.... Não nomeiem comissões para estudar o problema, vejam o que se faz noutras cidades (lá fora) e como resolveram estes problemas e copiem (não precisam reinventar a roda) ...

Uma última nota, mas esta muito urgente, gastem uns milhões a obrigar toda a gente na restauração a frequentar um curso (intensivo, mas essencial) de práticas de hotelaria, pois as pessoas (turistas) que atendem são as mesmas que garantem o seu salário no fim do mês. Os clientes são os seus verdadeiros patrões... mantenham as mesas limpas, esvaziem os cinzeiros e lavem-nos, nas zonas de fumadores. Não atendam as pessoas como se estivessem a fazer um frete, ajudem as pessoas a escolher os menus, sirvam a água com copos em vez de oferecerem garrafas sem copos ou perguntarem – na melhor das hipóteses “quer copo?”).

Não precisam ser servis, mas corteses...educados... hospitaleiros...o resto a natureza já nos deu.

CRÓNICA 181. DO TERROR AO MEDO, 18/8/17

Ontem houve mais um atentado em Barcelona pelo método mais económico de atropelamento e fuga. O oitavo caso semelhante num ano.

Na viatura foi encontrada documentação, como se propositadamente se deixasse uma pista sobre os autores, ou como se estes fossem inexperientes terroristas que deixavam a foto e nome atrás para serem rapidamente encontrados. Ou teria sido o documento “plantado”? ou teria sido o ataque orquestrado para infundir o medo aos catalães em vésperas duma decisão sobre o seu futuro e independência? O dono do documento encontrado apresentou-se logo à polícia a “milhas de distância” alegando não ser ele.

Depois surgem os problemas da nacionalidade “islâmica” espanhola duma colónia no norte de África ou francês? Será que os serviços competentes não distinguem nos seus registos a nacionalidade do dono do documento?

As forças de segurança espanholas identificaram Moussa Oukabir, irmão de um dos homens detidos na sequência do atentado de quinta-feira, em Barcelona, como o alegado autor do ataque, disseram à Efe fontes policiais. A polícia catalã já deteve três suspeitos de envolvimento no ataque e um outro suposto autor do atentado foi encontrado morto em Sant Just Desvern, em Baix Llobregat, a 12 quilómetros de Barcelona, depois de uma troca de tiros com a polícia catalã, após ter forçado a passagem de um controlo policial e ter atropelado uma polícia. Um dos dois suspeitos, do ataque nas Ramblas, detidos pela polícia foi inicialmente identificado como Driss Oukabir, um homem de 28 anos. Mais tarde, um homem com o mesmo nome apresentou-se numa esquadra em Girona, a mais de 100 km do local do atropelamento afirmando que lhe foi roubada a identificação. De acordo com a imprensa espanhola, poderá ter sido o irmão, Moussa Oukabir, um jovem de 18 anos que vive em Barcelona.

Depois, umas horas mais tarde surgiu a notícia vaga e imprecisa sobre 4 ou 5 alegados terroristas abatidos, com cintos de explosivos, a mais de cem quilómetros de Barcelona (em Cambrils)

Então e os cintos não explodiram? Que principiantes de terroristas são estes? E o Daesh reivindicou logo o atentado (claro, é boa propaganda gratuita) ...Autoridades policiais informaram que os terroristas de Cambrils transportavam cintos de explosivos falsos. Para quê, meter medo a quem passava (mas nem é Carnaval).

Os homens, antes de serem abatidos, ainda atropelaram várias pessoas na rua. Mas atropelaram quem, onde, como? Quantas vítimas? Ou o atropelamento também era falso?

Que houve mortos (14) e muitos feridos (100) não tenho dúvidas (Há um total de 88 feridos internados em várias unidades hospitalares: 15 em estado muito grave, 23 com gravidade média e 50 com ferimentos ligeiros), sobre o resto não tenho certeza nenhuma, a não ser de que isto daria uma excelente oportunidade para o governo bourbónico de Madrid colocar as suas unidades militares e paramilitares na Catalunha em prevenção terrorista durante o ato eleitoral. Em breve veremos Catalunha tomada pela polícia espanhola e uma forte campanha de islamofobia que fará levitar do chão a direita espanholista lá. Não era bem para inspirar medo, mas para dar mais “segurança” à população. Uma zona ténue onde nunca se sabe onde termina o terror e começa o medo. As notícias são feitas para esse efeito duplo. Vem nos manuais do Tio Sam. Entretanto prenderam mais gente, agora em Ripoli, a 96 km a norte de Barcelona, como suspeitos.

Recapitulemos, o DAESH foi inventado e criado e armado e apoiado pelos EUA para outros fins mais relacionados com as pretensas “primaveras árabes” que nunca floriram. E agora – a mando de quem ??? – anda o DAESH a atacar gente na Europa? A única razão é aumentar a islamofobia preconizada por Donald Trump como o grande inimigo dos EUA, embora muitos atentados não tenham sido cometidos por islâmicos... A NATO (OTAN) além dos exércitos, tem serviços de inteligência e comandos especiais de «ação interna» dentro dos países membros, as eleições são manipuláveis e os votantes mudam a sua intenção de voto influenciada por estes eventos. Começa-se pelo terror e morte e daí passa-se ao medo que a todos condiciona, direta ou indiretamente. E estes ataques irão continuar, aqui e ai, sempre que haja eleições ou a necessidade de mudar algo. Ou será que vez ando a ver teorias da conspiração onde elas existem?

CRÓNICA 182 -VENDO O MEU VOTO AUTÁRQUICO A QUEM CUMPRIR ESTAS 12 PROMESSAS PARA A LOMBA DA MAIA 2017-2021 (24/8/2017)

- Negociar com o governo regional a reabilitação da estrada Lombinha – Maia*
- Aumentar a frequência das carreiras da CRP (mesmo que para isso se utilizassem autocarros mais pequenos, mas mais frequentes)*
- Recuperar os moinhos da viola (trilho da praia da) e dar-lhes uma utilização comunitária*
- Criar um centro permanente do linho, usando programas de apoio para empregar jovens a aprenderem os velhos processos e comercializarem os seus produtos*
- Abrir posto dos CTT na Lomba da Maia*
- Criar A.L. (alojamento local) na freguesia,*
- Oferecer incentivo para a recuperação de moradias devolutas e em ruínas*
- Dinamizar atividades dos grupos jovens e apoiar a sua participação em eventos*
- Aumentar os locais de estacionamento gratuito nas ruas da freguesia*
- Criar posto de turismo e centro de interpretação para os trilhos da praia da viola (Promover o conhecimento e inventariação do património material e imaterial. Investigação da história da freguesia)*
- Criar balneários na praia da viola e lutar pela bandeira azul e nadador-salvador*
- Campanha de sensibilização de higiene urbana: promover em toda a população civismo perante o lixo, aumentando papeleiras e cinzeiros nas vias principais e separação do lixo com oferta de recipientes triplos a todos os habitantes.*

Hoje agitaram-se as gaitas, os apitos, as buzinas e outros instrumentos de tortura auditiva quando uma enorme caravana de mais de cem viaturas resolveu passar pelas ruas da aldeia (já sei, preferem chamar Freguesia à aldeia, por aldeia ser uma coisa pequena e do passado...). Falta uma semana para as eleições autárquicas e o que vi na TV, dos debates nas cidades e vilas das 9 ilhas, assusta. O nível intelectual e comunicacional da maioria dos candidatos (não-eleitos) é confrangedor. Dito assim, será melhor clarificar, alguns deles (não cito nomes) nem se percebe o que querem, o que pretendem, o que querem comunicar, o que pretendem fazer. Umas mancheias de palavras atiradas ao vento a ver se polinizam. Mas devem ter, todos, acesso a contas em paraísos fiscais para realizarem as obras que ameaçam construir se forme eleitos.

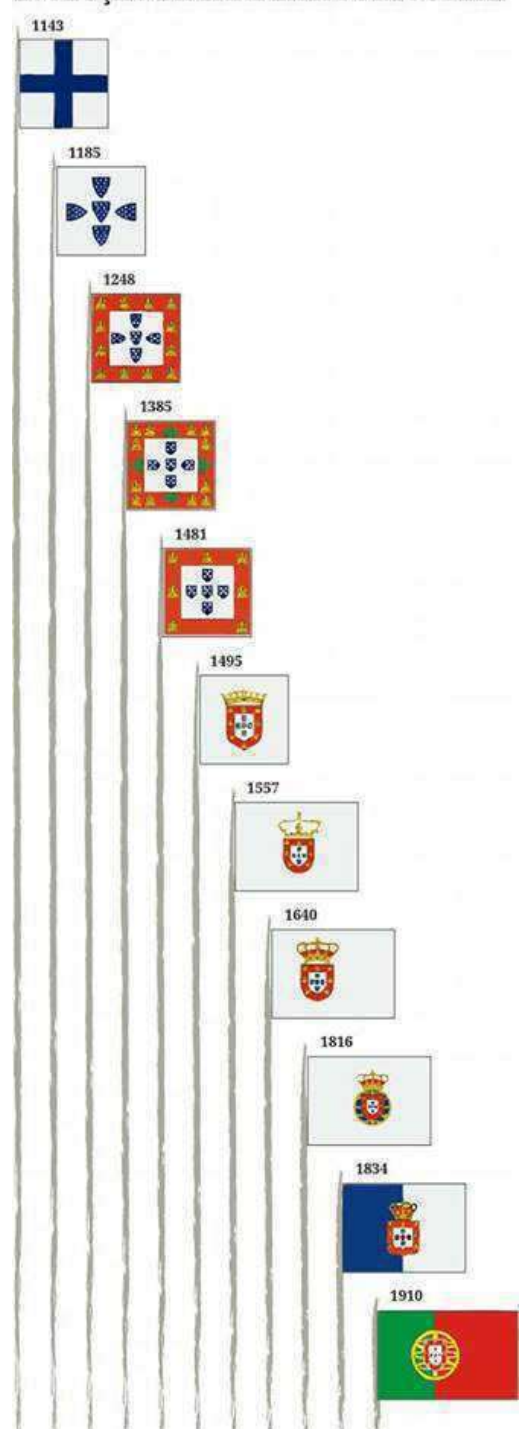
Mais aguerrida está a situação marcada para a mesma data de 1 de outubro na Catalunha num referendo que o estado borbónico pretende ilegalizar, por todos os meios, legais, ilegais, coação, coerção, etc. O argumento de que mais gosto diz respeito à ilegalidade de se referendar a independência da Catalunha. Por isso, nunca pode ser independente nem realizar o referendo, dizem os de Madrid que atenta contra a unidade do estado espanhol. Eu sei que não estudam história, mas deviam lembrar-se de que perderam Portugal em 1 de dezembro de 1640 quando deslocaram todas as tropas para a Catalunha não se autonomizar. Felizmente ainda não se lembraram de repor a verdade histórica reintegrando Portugal no seio da nação unitária espanhola, com base na ilegalidade de Afonso Henriques ao declarar a independência unilateralmente à revelia de Leão (na altura, o estado nem era Espanha nem era unitário). Pode ser que ainda se venham lembrar de anexar Portugal para compensar a perda a Catalunha pois com a campanha de ilegalidades que o governo espanhol está a cometer, se a maioria dos catalães não queria ser independente, a partir de agora vai passar a querer. Como já houve há menos de cem anos uma guerra civil espanhola, tudo está composto para nova guerra, perante a passividade da EU. Nem consigo imaginar como isto pode acabar bem... pois os condimentos para acabar mal estão lá todos.

E por último, uma certeza de que há muito suspeitava. Há cursos e diplomas que são comprados por tuta e meia. Ontem de tarde, uma jovem, alegadamente moradora na Lomba da Maia, bateu à nossa porta a pedir para falar com um dos professores. Resumidamente o que ela queria era pagar para um de nós lhe fazer uma prova escrita de avaliação que tinha de apresentar para ter o 12º ano do ensino profissionalizante ou idêntico. Ficou admirada com a nossa rejeição e dizia, mas eu pago, eu pago. Nem nos demos ao trabalho de saber se queria pagar 5, 10 ou 20 euros pelo trabalho, enquanto ela insistia que todos os outros faziam isso e que ela não sabia pôr em palavras dela as respostas ao teste. Não sei a que porta foi bater a seguir, (há mais professores na Lomba) mas sei que há mais alguém que vai tirar um canudo por trabalhos que não fez e um dia dirá que tem o 12º ano embora os seus conhecimentos não passem de uma 4ª classe na designação antiga do 4º ano de escolaridade.

Nem comento mais.

CRÓNICA 184. CELEBRAR O 5 DE OUTUBRO SEM ESQUECER O 1º DE DEZEMBRO 5 OUTº 2017

EVOLUÇÃO DA BANDEIRA PORTUGUESA



não publicado, não citar

E como hoje andam todos a celebrar o desastre de 1 de dezembro de 1640 eu resolvi recordar que o jovem Miguel da Paz nascido em 1499 tinha sido Rei de Portugal e de Espanha se não morresse ao fim de dois anos. É verdade amigos, como são interessantes os “pequenos detalhes” da História, que vieram legalizar de pleno direito a sucessão de Filipe II de Espanha ao trono de Portugal em 1580, por morte sem descendência do herdeiro varão o cardeal D. Henrique com 68 anos, 9º filho do rei D. Manuel I. A candidatura de Filipe é fortíssima e praticamente indiscutível, já que resultava do casamento da filha terceira de D. Manuel I, com Carlos V (I de Espanha), pais do “nosso” Filipe. Os tais detalhes da vida que determinam o curso da História...

Paradoxalmente algum tempo antes desse acontecimento a situação poderia ter sido de certo modo invertida, unificando as coroas ibéricas “para o nosso lado” *, pois em 1499 um menino chamado Miguel da Paz, primeiro filho de D. Manuel I com Isabel, filha dos Reis católicos, foi proclamado herdeiro das coroas de Portugal e de Espanha. Só que morreu com 2 anos.

Há quem tenha saudades dos espanhóis, há quem tenha saudades do Salazar e ainda há quem tenha saudades do sonho chamado 25 de abril.

Quem me garante que éramos melhor como província espanhola do que independentes?

Quem me garante que não seríamos hoje uma célula independentista como as da ETA?

Quem me garante que teríamos aqueles magníficos jogadores de futebol? Eusébio nunca teria existido...Figo não era um “pesetero” e Deco não tinha necessidade de arranjar outra nacionalidade porque como o Brasil tinha ficado espanhol ele ia jogar pela Argentina... São conjeturas apropriadas de ler num dia destes,

Relembremos o que em 2009, escrevi sobre o tema: **CRÓNICA 77 – DO IBERISMO AO 1º DE DEZEMBRO - 22-30 novembro 2009**

Gostava de ter algumas réstias do meu sempiterno otimismo, mas a minha reserva desoladamente está no seu nível mínimo desde há duas décadas. Mas quando a chuva cai dentro de casa e alaga o chão ou os móveis como se não houvesse teto, ano após ano, tenho de decididamente assumir que estas construções são de péssima qualidade e estes “mestres” de construção não passam de biscateiros incapazes de fazerem uma obra como deve ser. Mas se vou a um restaurante o resultado é similar com um serviço deficiente a preços de luxo. Se vou a um mecânico automóvel idem aspas. Ou na saúde, na justiça, na ignorância santa dos novos professores e seus alunos, na incompetência dos que governam e mandam. É esta a tradição e não é de hoje, vem de há muitos anos como constatei ao traduzir este parágrafo:

Desde há muito também que se sabe da vinda dos Templários às terras da antiga Lusitânia em 1126, recebendo em doação os terrenos da Fonte Arcada [Póvoa de Lanhoso], por Dona Teresa, mãe de Afonso D. Henriques, sendo seu mestre Guilherme Ricardo.

Dona Teresa também lhes doara o castelo de Soure como primeiro fasto da Ordem. A investida mourisca contra este posto avançado dos cristãos de Coimbra no ano de 1144, foi o grande batismo de guerra dos cavaleiros templários que, então, já haviam transformado esta velha ruína numa fortaleza.

Dizia-se que na convicção templária: «a morte era, de facto, mais bela que a vida comprada com a cobardia». É precisamente este o sentido da divisa ainda hoje utilizada pelos açorianos, que a inscreveram no seu brasão.

Nela é citada a célebre frase de Cipião de Figueiredo e Vasconcelos, conde da vila de São Sebastião (por D. António I) distinguiu-se como corregedor dos Açores durante a crise de sucessão de 1580, tendo governado o arquipélago durante o período conturbado que se seguiu à aclamação nas ilhas de D. António, Prior do Crato como rei de Portugal.

Enquanto a Terceira e as ilhas próximas resistiram ao assalto dos espanhóis à Coroa portuguesa, São Miguel franqueou-lhes a entrada. Estas diferenças tinham que ver essencialmente com o facto de o Corregedor Cipião de Figueiredo estar sediado em Angra. Fiel apoiante de D. António Prior do Crato, terá proferido a frase «MAIS VALE MORRER LIVRES DO QUE EM PAZ SUJEITOS».

Por outro lado, a capitania de S. Miguel estava na mão da influente família Gonçalves da Câmara. Além disso, residia nessa altura em São Miguel o Bispo dos Açores, D. Pedro de Castilho, fiel a Filipe II. Além de outros cargos, viria a ser Vice-Rei de Portugal em paga da sua fidelidade à causa castelhana. Mais tarde, o Capitão do Donatário de São Miguel receberia o título de Conde de Vila Franca.

A ele se deve a fortificação e organização da defesa da ilha Terceira que levou à vitória na batalha da Salga.

Foi ele que se negou a entregar os Açores ao poder espanhol, preferindo morrer a favor do Prior do Crato, o último monarca da ímpar dinastia de Avis.

Será simples coincidência de convicção, ou serão mesmo os Açores um dos últimos refúgios da mente templária?

Também em Portugal abundam os que querem fazer esquecer o terror do domínio castelhano e se apressam a entregar o país ao vizinho ibérico. Tal como Miguel Urbano Rodrigues escrevia há apenas três anos:

Os iberistas, ao esboçarem uma Espanha pleiética de energias, de progresso e criatividade, simulam esquecer que o país exibe a mais alta taxa de desemprego da União Europeia anterior ao alargamento. Não aludem sequer ao racismo e à xenofobia que fazem hoje da pátria de Cervantes um dos países europeus onde os imigrantes, sobretudo os magrebinos e os equatorianos e colombianos, são mais discriminados.

Preferem discorrer sobre a localização da capital de uma Ibéria unida, a estrutura institucional do Estado - Federação ou simples transformação de Portugal em mais uma Região Autónoma - e, o papel do Rei D Juan Carlos de Bourbon. ...

Nas peculiaridades que diferenciam e aproximam portugueses e espanhóis fala-se do bacalhau, do fado, do flamenco, de marialvas e senhoritos, dos dois idiomas, ... longe de serem «muito parecidos», portugueses e espanhóis distanciaram-se progressivamente, exibindo atitudes quase antagónicas.

Trabalham a horas diferentes, transformam o culto do aperitivo num instrumento de convívio, comem a horas diferentes.

O ruído é ali componente da vida, do conceito dos lazeres.

Outra omissão é a falta de referências à colonização económica de Portugal pela Espanha. O processo em curso é avassalador.

Há três décadas a Espanha não existia praticamente como parceiro comercial de Portugal. Hoje ocupa o primeiro lugar nas importações portuguesas.

A invasão do capital espanhol é diluviana. A banca espanhola conquistou uma parcela importante do mercado português.

O mesmo ocorre com a hotelaria e as grandes transnacionais como El Corte Inglés e Zara. As imobiliárias espanholas invadem as cidades, do Minho ao Algarve.

O processo de colonização pacífica, no âmbito do funcionamento do mercado, assume facetas particularmente alarmantes no Alentejo onde capitalistas espanhóis compraram já as melhores terras no perímetro do Alqueva.

Adquiriram milhares de hectares para criação de porcos, instalação de lagares e plantação de oliveiras e vinhas.

Essa invasão do capital espanhol é obviamente festejada pelo Governo de Sócrates e pela grande burguesia como muito positiva. Saúdam os investidores espanhóis como empresários agentes do progresso. Agradecem.

Com a espontaneidade da nobreza de 1383 a saudar D João De Castela e a nobreza de 1580 a alinhar com Filipe II. Essa forma de dominação económica encobre, afinal, uma modalidade de intervenção imperial.

Miguel Urbano Rodrigues, in "Alentejo Popular" (Beja) 02-11-06

Portugal atingiu uma tal irrelevância internacional que ninguém se surpreenderia se fosse uma dependência espanhola, como se de um banco se tratasse e estivéssemos a falar de abrir um escritório na faixa litoral já que o interior está desertificado de gentes e de economias de mercado viáveis. Por outro lado, despontam a nível governamental várias iniciativas de união ibérica, nem sempre dissimuladas, que pessoalmente me causam engulhos. Porque é um profundo estudioso do assunto e condensou aquilo que se pretende aqui dizer, iremos seguir em duas ou três páginas o que Carlos Fontes escreveu na sua página Lusotopias:

<http://lusotopia.no.sapo.pt/indexPTmortedeiberistas.html>

O iberismo é um fenómeno típico do século XIX, que emergiu em Portugal e em Espanha, como resposta à teoria das grandes nações então em voga na Europa.

Segundo os seus defensores as pequenas estariam condenadas a serem absorvidas pelas grandes, tal como teria acontecido entre os animais onde os mais fortes extinguiram os mais fracos (teoria darwinista).

O iberismo emerge na sociedade portuguesa como uma manifestação patológica de indivíduos que num dado momento sofreram uma forte influência espanhola ou se assumiram como agentes de interesses espanhóis. Sempre que a situação é melhor no outro lado da fronteira, a integração de Portugal em Espanha surge aos olhos dos iberistas como a solução para resolver a crise, sem trabalho.

Os portugueses consideram os iberistas como elementos degenerados de um povo orgulhoso da sua história e identidade cultural.

A sua atuação em cerca de 9 séculos de História traduziu-se sempre em divisões e conflitos que degeneraram em guerras civis, com um cortejo interminável de mortes.

Alguns assassinatos de iberistas ficaram célebres na História de Portugal. A morte dos iberistas era entendida como um ato de defesa de valores que consideravam fundamentais - dignidade, identidade cultural e liberdade -, mas também uma manifestação de respeito por si próprios.

Um povo que não se respeita a si próprio, nunca será respeitado por outros. Ora, o iberista sempre manifestou um profundo desprezo pela dignidade e liberdade do povo português, agindo de modo a destruir a comunidade que o viu nascer.

É por isso que as razões que os portugueses apresentaram para justificar a morte dos iberistas são em tudo idênticas às apresentadas depois da IIª. Guerra Mundial (1939-1945), para a condenação à morte de nazis e fascistas...existem princípios que não podem ser transgredidos, nomeadamente o respeito que todos os seres humanos merecem na sua dignidade, identidade e liberdade.

As mortes de dois iberistas assumiram uma enorme carga simbólica na história portuguesa, sendo continuamente evocadas: a morte do Conde Andeiro e a de Miguel de Vasconcelos. A morte do Conde de Andeiro, fidalgo galego, foi assumida como o símbolo de liberdade de um povo que recusa as ingerências externas e os jogos palacianos para lhes imporem o que não quer.

Este iberista, um típico traidor castelhano, participou em diversas conspirações ao serviço de Portugal e de Inglaterra. Em Lisboa, acabou por ascender a uma elevada posição na corte, tendo recebido de D. Fernando o título de Conde de Ourém, pondo-se durante a crise de 1383-85, ao serviço de Castela.

Foi assassinado, a 6 de dezembro de 1383, por D. João, mestre de Avis e futuro rei de Portugal.

A sua nefasta ação e de outros esbirros traduziu-se numa violenta guerra civil que só terminou quando os portugueses exterminaram os aliados de Castela.

A morte de Miguel de Vasconcelos exprime simbolicamente a afirmação da identidade cultural de um povo, cuja forte individualidade saiu reforçada após uma opressão de 60 anos.

Este secretário do governo espanhol, ficou tristemente célebre pelo ódio que nutria pelos seus concidadãos.

Em 1634 tentaram-no matar pela primeira vez. Se o tivessem feito, muitas vidas teriam sido provavelmente poupadas. Na manhã de 1 de dezembro de 1640, quando os portugueses restauraram a independência de Portugal, foi o primeiro a ser morto.

A ação destes iberistas, entre 1580 e 1640, traduziu-se numa brutal opressão da população portuguesa. Após a morte deste esbirro, o povo português travou com a Espanha, durante 28 anos, uma sangrenta guerra na Europa e na América do Sul pela defesa da sua liberdade e dignidade.

Ora bem, como hoje em dia ninguém estuda História, episódios como este perdem a sua força e não são transmitidos de geração para geração, perdendo-se a memória coletiva do povo."

Continuo a fazer minhas as palavras de Carlos Fontes:

Nas duas últimas décadas, órgãos de comunicação social, em Portugal, usando da liberdade de expressão própria de um regime democrático, têm procurado de forma sistemática abrir fraturas na sociedade, aproveitando momentos particularmente difíceis do país. As personagens são quase sempre as mesmas, ligadas a interesses obscuros e grupos económicos espanhóis. O seu objetivo é simples:

1. Mostrar através de "sondagens" encomendadas ou "discussões" públicas que na sociedade portuguesa existe um grupo de iberistas, cujo objetivo é a dissolução do Estado português;

2. Dar "voz" à hipotética minoria iberista portuguesa. Ao mesmo tempo, a imprensa espanhola mostra a aceitação à possível integração.

3. Os supostos iberistas não constituem qualquer corrente de opinião, muito menos são um movimento organizado.

A imprensa afeta aos interesses espanhóis trabalha no terreno das hipóteses...descarada tentativa de desestabilizar a sociedade portuguesa, introduzindo elementos de discórdia e desmoralização coletiva.

Oliveira Martins (1845-1894) é o melhor exemplo dos esbirros iberistas. É difícil de determinar a causa do profundo ódio que manifestava pelos seus concidadãos e o país. Ao contrário de outros, não foi um iberista de circunstância, mas manteve um percurso político coerente com esta aberração.

Antero de Quental, em 1869 era um confesso iberista, dois anos depois já nem fala no assunto, e mais tarde abomina semelhante ideia.

Algo idêntico ocorreu com Teófilo Braga.

Oliveira Martins foi um típico vira-casaca: anarquista (Proudhoniano), socialista, republicano, monárquico, liberal, antiliberal. Defendeu a liberdade, mas também a ditadura. Atacou os ditadores, mas apoiou João Franco. É apontado como um dos introdutores das ideias socialistas em Portugal, mas também como um profascista. Muitas das suas ideias foram aplicadas por ditadores como Sidónio Pais ou Oliveira Salazar.

Tirando partido da crescente debilidade mental de Saramago, o "Diário de Notícias" (15 de julho de 2007), relançou a questão do iberismo. Este velho comunista, a viver em Espanha afirma que em breve Portugal irá transformar-se numa das suas províncias, não porque os portugueses o queiram, mas porque é melhor para eles. Quem o diz é este adulator de ditadores como Estaline, Ceausescu ou Fidel de Castro.

Como sempre, outros jornais trataram de fazer eco deste insulto ao povo português. Uma educação salazarenta, 45 anos no PCP e 14 em Espanha, a que se juntou o casamento com uma espanhola foram a receita ideal para produzirem um típico iberista.

Para consubstanciar a ação, Saramago cria uma Fundação cujo objetivo será promover a contestação pública em Portugal, tendo à sua frente uma espanhola....

Três dias depois, uma jornalista da agência de notícias espanhola EFE, aproveita para promover a discussão do iberismo em torno das afirmações de Saramago. O alvo foi o presidente Cavaco Silva que se limita a afirmar que a união entre Portugal e a Espanha era uma "hipótese absurda".

Durante as eleições legislativas de setembro de 2009 - a TVI -, um canal de televisão português controlado por espanhóis interferiu diretamente na campanha eleitoral, lançando a suspeita de uma possível interferência do governo português na comunicação social. Sem qualquer respeito pelas leis de Portugal, a administração resolveu afastar a "jornalista" (Manuela Moura Guedes) que desde 2008 promovia uma campanha de propaganda contra o governo socialista. Ao contrário do que se procurou fazer crer, não se tratou do apoio dos espanhóis a um qualquer partido político. Estamos perante um canal de televisão onde a propaganda pró-espanhola é constante, e onde os noticiários e a maioria dos programas possuem um objetivo muito claro: desestabilizar a sociedade portuguesa, fomentando os conflitos sociais e denegrindo internamente a autoestima da população. Não deixa de ser curioso constatar que, enquanto estes factos ocorriam, a comunicação social espanhola procurava lançar nova campanha em defesa das teses iberistas, apoiada numa "sondagem" realizada pela Universidade de Salamanca, com a colaboração de alienados no ISCTE (Lisboa).

A razão por que escolhi este tema para a Crónica de hoje é a data que ora se celebra, o dia da Restauração da Independência de 1 de dezembro de 1640, para que os mais jovens nunca o esqueçam e o deixem de tratar como um dia em que se não trabalha ou não há aulas. Infelizmente, é para a maioria, um dia como outro qualquer aqui nos Açores, sem que o povo se dê conta do seu significado:

"...arrebatados do generoso impulso, saíram todos das carroças e avançaram ao paço. Neste tempo andava D. Miguel de Almeida, venerável e brioso, com a espada na mão gritando: — Liberdade, portugueses! Viva El-Rei D. João, o Quarto!"

A ideia de nacionalidade esteve por trás da restauração da independência plena de Portugal após 60 anos de monarquia dualista. Cinco séculos de governo próprio haviam forjado a nação, fortalecendo-a a rejeitar qualquer união com o país vizinho.

A independência fora sempre um desafio a Castela e uma vontade de não ser confundido com ela. Entre os dois estados foram sucessivas e acerbadas guerras, as únicas que Portugal realmente travou na Europa.

Para a maioria dos Portugueses, os Habsburgo eram usurpadores, os Espanhóis inimigos e os seus partidários, traidores. Culturalmente, avançara depressa a castelhanização do País de 1580 a 1640. Autores e artistas gravitavam na corte espanhola, fixavam residência, aceitavam padrões espanhóis e escreviam cada vez mais em castelhano, contribuindo para a riqueza do teatro, da música ou da arte pictórica espanholas.

Dão a impressão errada de decadência cultural após 1580.

A perda da individualidade cultural era sentida por muitos portugueses, com reações diversas a favor da língua pátria e da sua expressão em termos de prosa e poesia. Contudo, os intelectuais sabiam perfeitamente que os seus esforços seriam vãos sem a recuperação da independência política.

Economicamente, a situação piorara desde 1620 ou até antes. Muitas razões que justificavam a união das coroas ficaram ultrapassadas.

O Império Português atravessava uma crise com a entrada em jogo de holandeses e ingleses. Perdera o monopólio comercial (Ásia, África e Brasil) e a Coroa, a nobreza, o clero e a burguesia haviam sofrido severos cortes de receitas.

Os Espanhóis reagiam contra a presença portuguesa nos seus territórios, mediante vários processos, entre os quais a Inquisição. Isso suscitou grande animosidade nacionalista em Portugal aprofundando o fosso já cavado entre os países. D. Margarida, duquesa de Mântua, neta de Filipe II, exerceu o governo de Portugal, de 1634 a 1640, com autoridade de vice-rei e capitão-general.

A situação económica estava longe de brilhante. Os produtores sofriam com a queda dos preços do trigo, azeite e carvão. A crise afetava as classes baixas, cuja pobreza aumentou sem disfarces.

O agravamento dos impostos tornava a situação pior. Para explicar os tempos difíceis e apaziguar o descontentamento geral, a solução apresentava-se fácil e óbvia: a Espanha, causa de todos os males.

A conspiração a favor da independência congregava um grupo heterogéneo de nobres, clientes e funcionários da Casa de Bragança e elementos do alto e baixo clero.

Em novembro de 1640 conseguiram o apoio formal do duque de Bragança. Na manhã do 1º de dezembro, um grupo de nobres atacou a sede do governo em Lisboa (Paço da Ribeira), prendeu a duquesa de Mântua e matou ou feriu membros da guarnição militar e funcionários, entre os quais o Secretário de Estado, Miguel de Vasconcelos.

Seguidamente, os revoltosos percorreram a cidade, aclamando o novo estado, secundados pelo entusiasmo popular. Por todo o Portugal, metropolitano e ultramarino, as notícias da mudança do regime e do novo juramento de fidelidade foram recebidas e obedecidas sem qualquer dúvida.

Apenas Ceuta permaneceu fiel à causa de Filipe IV.

D. João IV entrou em Lisboa a 6 de dezembro. Proclamar a separação fora fácil. Mais difícil seria mantê-la. Tal como em 1580, os portugueses de 1640 estavam longe de unidos. As classes inferiores conservavam intacta a fé nacionalista aquiescendo a D. João IV, mas a nobreza, com laços familiares em Espanha, hesitou e só parte alinhou com o duque de Bragança. O mesmo se passou em relação ao clero.

O novo monarca não gozava de uma posição invejável. Do ponto de vista teórico, tornava-se necessário justificar a secessão: longe de figurar como usurpador, reaveria simplesmente aquilo que por direito legítimo lhe pertencia.

Abundante bibliografia (em Portugal e fora dele) a partir de 1640, procurou demonstrar os direitos reais do duque de Bragança.

Se o trono jamais estivera vago de direito, em 1580 ou 1640, não havia razões para eleição em cortes, o que retirava ao povo a importância que teria, fosse o trono declarado vacante.

Todo o reinado (1640-56) foi orientado por prioridades. Primeiro, a reorganização do aparelho militar, com reparação de fortalezas das linhas defensivas fronteiriças, fortalecimento das guarnições e obtenção de material e reforços no estrangeiro.

Paralelamente, uma intensa atividade diplomática nas cortes da Europa, para obter apoio militar e financeiro, negociar tratados de paz ou de tréguas, e conseguir o reconhecimento da Restauração, e a reconquista do império ultramarino.

A nível interno, a estabilidade dependeu, do aniquilamento de toda a dissensão a favor de Espanha.

A guerra da Restauração mobilizou todos os esforços que Portugal podia despende e absorveu enormes somas de dinheiro.

Pior, impediu o governo de conceder ajuda às frequentemente atacadas possessões ultramarinas. Mas, se o cerne do Império, na Ásia, teve de ser sacrificado, salvou a Metrópole de uma ocupação pelas forças espanholas.

Portugal não dispunha de um exército moderno, as suas forças eram escassas na fronteira terrestre, as suas coudelarias extintas, os seus melhores generais lutavam pela Espanha algures na Europa. Do lado português, isto explica por que motivo a guerra se limitou em geral a operações fronteiriças de pouca envergadura.

Do lado espanhol, é preciso lembrar que a Guerra dos Trinta Anos (até 1659) e a questão da Catalunha (até 1652) atrasavam ofensivas de vulto.

Regra geral, a guerra, que se prolongou por 28 anos, teve altos e baixos até se assinar o Tratado de Lisboa, em 13 de fevereiro de 1668, entre Afonso VI de Portugal e Carlos II de Espanha, em que este reconhece a independência do nosso País.⁴

Hoje anda aí muita gente com passaporte português a celebrar o 1º de dezembro como se tivesse sido um desastre ou péssimo acontecimento. Esquecem que se tratou da reconquista da liberdade do povo e da nação subjugada pelo poder dinástico dos Filipes de Castela. Mais vale um povo pobre e livre do que rico na gaiola dourada com as cores do reino de Espanha. Assim dizem os galegos que se aproximam das origens portuguesas preservando língua e cultura. Por vezes, a memória dos homens é curta. Quase ninguém sabe nem evoca o jovem Miguel da Paz (nascido em 1499) que teria sido Rei de Portugal e de Espanha se não morresse aos dois anos.

É verdade, e infelizmente este "se" é desconhecido da maioria dos portugueses, clamem ou não pelo regresso ao trono espanhol. São deveras interessantes os "pequenos detalhes" da História, que vieram legalizar de pleno direito a sucessão de Filipe II ao trono de Portugal (1580), por morte sem descendência do herdeiro varão, cardeal D. Henrique (68 anos), 9º filho do rei D. Manuel I.

A candidatura de Filipe era fortíssima e praticamente indiscutível. Resultava do casamento da filha terceira de D. Manuel I, com Carlos V (I de Espanha), pais de Filipe I de Portugal (II de Espanha).

São estes pequenos detalhes da vida, que determinam o curso da História. Paradoxalmente, antes da candidatura de Filipe ao trono em Lisboa, a situação poderia ter sido invertida, unificando as coroas ibéricas "para o lado português".

Em 1499, fora proclamado herdeiro das coroas de Portugal e de Espanha, Miguel da Paz, primeiro filho de D. Manuel I com Isabel, filha dos Reis Católicos.

Azar dos portugueses ou conspiração castelhana, o certo é que morreu com 2 anos de idade. Por estas e outras razões os portugueses serão sempre saudosistas, dos espanhóis, de Salazar e do sonho chamado 25 de abril.

CRÓNICA 185 BASTA CALIFÓRNIA, GALIZA, PORTUGAL...15 OUTº 2017

Basta de manipulação de mentes, de mentiras, de meias-mentiras, meias-verdades, de apologias do medo, do terror, do desastre cataclísmico, do fim do mundo, da morte iminente do planeta e das gentes, basta deste "admirável mundo novo" em que inteligência artificial veio para nos substituir e depois já não sendo necessários seremos ainda mais descartáveis. Basta de incêndios selvagens como na Califórnia, com mais de 50 mortes e centenas de desaparecidos, basta de incêndios em Portugal em meados de outubro ou na Galiza onde estão a arder mais de 80 fogos em parques naturais.

Os da Califórnia, provocados por mão humana não se devem a bêbedos, nem pirómanas mulheres de bombeiros, nem atrasados mentais, nem a mandatários de madeireiros da celulose... deve-se a novas armas da Martin Lockheed que causam a devastação de casas e demais edifícios, mas as árvores não ardem.

Na Galiza e em Portugal são armas mais antigas, de dispersão de "chemtrails" que tudo pulverizam com alumínio, bário e outros, como já aqui escrevi há uns anos... são aqueles riscos nos céus que fazem pressupor um movimento de aviões mais apropriado a JFK (aeroporto de Nova Iorque) do que aos montes galegos e portugueses.

E depois envenenam-nos com as comidas geneticamente modificadas, pela Monsanto e quejandos, que oferecem em substituição das colheitas que fizeram arder. É como a Monsanto comprou a Bayer e outras, inventam novas vacinas para estirpes virais e desenterram bacilos velhos e novos, na mira de venderem mais e mais, e arregimentam os ignorantes e cúpidos líderes dos países onde vivemos, ameaçando aqui, começando uma guerra acolá, reacendendo velhas hostilidades e criando novas que o armamento não cessa de se fabricar e tem de ser vendido para os países em litígio se endividarem mais e providenciarem ainda menos aos seus famintos habitantes. Mas estão todos a olhar para baixo para os ecrãs dos seus smartphones, e já ninguém olha para os céus, nem sabem como eram os céus na minha infância, por isso nada estranham. É tempo de dizer Basta à Besta..., mas onde estão as gentes esclarecidas e informadas capazes de criarem um novo homem (nesta palavra estão incluídas mulheres e crianças, para não me acusarem injustamente), uma nova sociedade. Uma sociedade diferente desta que mata os seus e os outros para aumentar lucros e nada vê de humano na Humanidade a não ser cifrões.

BASTA E BASTA E BASTA! já fui louro e continuo burro, alguém me explica como uma mudança de ministros apaga os fogos, consola as famílias das vítimas e melhora a funcionalidade operacional de um serviço malparado como o SIRESP? será que um novo Ministro corrige imediatamente mais de 40 anos de erros, mais as causas da combustão, mais incendiários, mais madeireiros, mais aluguer de aeronaves, mais o raio que vos parta a todos?

Perante uma situação catastrófica, alguém se habilita a dizer como faria melhor?

já o escrevi em junho 2017 e até hoje nada... ver [crónica 170](#)

4 (Adaptado de Oliveira Marques, "A Restauração e suas Consequências", in História de Portugal, vol. II, Do Renascimento às Revoluções Liberais, Lisboa, Ed. Presença, 1998, pp. 176-201).

Imaginemos por um instante que os membros e simpatizantes da FLA - ACA eram um movimento generalizado, de largas camadas da sociedade açoriana, abrangendo gente de todas as idades, em todas as ilhas, como em tempos idos da História recente já o foram.

Imaginemos que se fartaram da exploração colonial que os poderes de Lisboa e seus representantes na colónia há séculos exercem sobre os locais.

Imaginemos que o atual modelo de autonomia controlada, centralizada em Lisboa, constantemente torpedeada, ultrapassada e ignorada pelos "superiores interesses da Nação" estava – de facto – esgotado.

Imaginemos que tínhamos uma população culta e letrada, em vez da pequena elite dominante agarrada a pequenas mordomias como é hoje o caso, com a vasta maioria da população mais interessada em manter privilégios de subsídios, em vez de trabalho, vítima da conspiração consumista que a manietta.

Imaginemos que a deriva europeia e a rápida islamização do continente europeu estavam mais adiantadas e que a solidariedade para com o arquipélago se mantinha ao nível da esmola, enquanto o povo português (também ele ignorante e iletrado, mesmo que tenham canudos e se chamem doutores) continuava a pensar que devíamos largar os Açores e os açorianos que são uns chulos que só sugam as riquezas de Portugal.

Imaginado este cenário se tivéssemos um líder – mais ou menos populista – capaz de catapultar a turbamulta (a malta como o outro lhe chamava) e fazia um referendo, vocês acreditam por um só instante que não éramos calados pela força bruta da repressão militar? Imaginado isto, voltemos à realidade.

Temos uma população apática e abúlica, uns tantos saudosistas e outros mais novos, sonhadores, mas a menos que haja uma revolução de mentes cataclísmica, seremos uma pequena elite libertária, sem representação nem força popular, uma franja da sociedade que nem chega a ser incómoda para o poder instituído. O povo açoriano não reúne as condições de se emancipar enquanto continuar pobre, iletrado, subsidiodependente, conformado, desapegado de uma consciência cívica (a consciência nacional açoriana), a quem o fogacho independentista de alguns intelectuais, escritores e outros, pouco e nada diz.

Infelizmente é isto que temos e não mudará nos meus dias, embora se a Terra ainda existir, eu acredite piamente que, um dia, em futuro afastado e longínquo, nos sublevaremos e libertaremos do jugo colonial de Lisboa (quando o Belenenses tornar a ser campeão de futebol, por exemplo).

Até lá continuemos a fazer o que não temos feito, educar as pessoas, alertá-las para esta escravatura silenciosa que as amolece e adormece, repetindo ciclos ancestrais de feudalismo encapotado, anestesiada pelas riquezas que o turismo vai trazendo sem se lembrar que basta a Ryanair ir à falência e o turismo morre...

CRÓNICA 187 REINTRODUÇÃO DOS SANTOS COSTUMES 25 OUTº 2017

Métodos como a degola, lapidação e crucificação, ainda vulgares em países como a Arábia Saudita para crimes de adultério e outros, podem vir a ser restaurados na República Islâmica de Portugal. Tal como lá, os corpos degolados podem ficar em exibição nas praças públicas para servirem de exemplo a adúlteras (os). Isto traria os benefícios de entreter a enorme massa de voyeurs portugueses, que gosta de parar em autoestradas para ver incêndios, acidentes de trânsito com fatalidades e outras mórbidas expressões ao gosto deste povo fadista. Por outro lado, satisfazia alguns coletivos de juizes portugueses que citam a bíblia e códigos civis de 1800 e pico, colocando Portugal na linha da frente nesta Europa que se vai islamizando rapidamente, numa luta contra a devassidão da mulher nas sociedades ocidentais que parece nunca mais ter fim nos últimos 60 anos. Igualmente se pode considerar a reposição das leis, vigentes nos tempos áureos em que a Ibéria era o forte e portentoso reino das luzes e da cultura, de Al-Andalus. Há que fazer urgentemente alterações à Constituição debochada do país, permitindo haréns, poligamia, pedofilia infantil no tocante aos casamentos com jovens puras e virginais de mais de sete anos de idade para satisfazer as necessidades congénitas do macho andaluz. Também nos trajes pervertidos e depravados, se espera a entrada em vigor de novas leis, evitando a degeneração do corpo sagrado da mulher, que não pode nem deve ser vista por homens. Espera-se, a oposição inicial dos canais de TV (não-nacionalizados) pois vai retirar espetadores às telenovelas com as exhibições de corpos nas praças públicas, mas após a nacionalização da TVI, SIC e outros, tudo entrará na normalidade sacrossanta dos costumes desvelados que fizeram do islamismo a religião mais progressista na terra.

TODOS OS DIAS DEVÍAMOS OUVIR UM POUCO DE MÚSICA,
LER UMA BOA POESIA,
VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL,
DIZER ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS.
GOETHE

Badana 1

Na lenda havia um Rei Artur, Sir Galahad, cavaleiros da Távola Redonda e uma busca do Santo Graal. Aqui não há nem Dom Quixote, nem Sancho Pança nem moínhos de vento, contra os quais espadanar.

Há apenas um aprendiz de escriba, cavaleiro da poesia e utopia, temeroso e aventureiro, sequioso na sua aprendizagem constante de outras línguas, hábitos e culturas.

De Trás-os-Montes, sua mátria desconhecida, partiu à conquista do "lulic" em Timor Português, dos hippies em Bali (Indonésia), sobrevivendo a um "Anno Horribilis" no Verão Quente (1975, Portugal), atravessando as Portas do Cerco (na China de Macau), percorrendo os Estados da Austrália Ocidental, Vitória e Nova Gales do Sul, com breves passagens pelas Índias, pelo Oriente do Meio e seus emirados, metade da Europa, da Ásia e parte do Pacífico Sul, antes de redescobrir o Brasil, Portugal e outros países

Por fim, iria aterrar como um milhafre, Buteo buteo rothschildi, na ilha de S. Miguel (Açores) donde partiu em conquista fugaz de Santa Maria, Faial, Pico, Graciosa, S. Jorge, Terceira, Flores e Corvo.

Se na pátria Austrália descobriu uma tribo aborígine a falar crioulo português há mais de 450 anos, na propecta Bragança descortinou a sua mátria e nos Açores descobriu o que o mundo desconhecia, uma literatura distinta.

Esta viagem leva o leitor num périplo pelo mundo enquanto o autor vai cronicando, como Marco Polo, ou Fernão Mendes Pinto a sua vida, as terras, as gentes e os costumes e tradições. Da análise política, social e pessoal parte à descoberta de culturas. Recupera as origens, retorna ao seio duma Lusofonia sem raças, credos ou nacionalidades, até se radicar nesta "Atlântida" onde irá desvendar, divulgar e dilatar desveladamente uma fértil açorianidade literária, fundíbulo de autonomias e independências por cumprir.

Badana direita



chrys@lusofonias.net -

J. Chrys Chrystello (n. 1949-) cidadão australiano que não só acredita em multiculturalismo, como é disso um exemplo. Nasceu numa família mesclada de Galego-Português, Brasileiro (carioca), Alemão, do lado paterno, Português e marrano transmontano do materno.

Publicou em 1972 o seu primeiro livro "Crónicas do Quotidiano Inútil, vol. 1" (poesia).

O exército colonial português levou-o a viver em Timor (setº 1973- jun 1975) onde foi Editor-chefe do jornal local (A Voz de Timor, Díli) antes de ir à Austrália em 1975 decidir adotá-la como pátria.

Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor. Durante mais de duas décadas escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga.

De 1967 até hoje dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa).

De 1976 a 1982 desempenhou funções executivas na Companhia de Electricidade de Macau. Em Macau foi Redator, Apresentador e Produtor de Programas para a ERM/ Rádio 7/ Rádio Macau / TDM e RTP Macau e jornalista para a TVB - Hong Kong.

Viveu em Perth, radicou-se em Sydney (e migrou para Melbourne). Durante os anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural do país.

Foi Jornalista no Ministério Federal do Emprego, Educação e Formação Profissional e no Ministério Federal da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários.

Divulgou desde 1985 a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook) e difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (há quatro séculos).

Durante mais de vinte anos (1984-2004) foi responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters).

Foi Tradutor e Intérprete (Ministério Estadual da Imigração, Ministério de Saúde de Nova Gales do Sul).

Foi Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters).

Lecionou Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes em Sidney na UTS (Universidade de Tecnologia de Sidney).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS (1999-2005).

Foi Mentor dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido (2000-2012)

Foi Revisor (Translation Studies Department) da Universidade de Helsínquia (2005-2012).

Foi Consultor do Programa REMA da Universidade dos Açores. (2008 a 2012)

Em 1999, publicou a sua tese "Timor Leste: o dossiê secreto 1973-1975" (ensaio político), esgotado ao fim de três dias.

Em 2000 publicou a 1ª edição da monografia "Crónicas Austrais 1976-1996".

Em 2005 publicou o "Cancioneiro Transmontano 2005"

Nesse ano publicou (e-book DVD) outro volume da trilogia "Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter".

Entre 2006 e 2010, traduziu, entre outras, obras de autores açorianos para Inglês: Daniel de Sá (Sta. Maria ilha-mãe; O Pastor das Casas Mortas; S. Miguel: A Ilha esculpida; e Ilha Terceira, Terra de Bravos), de Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), Victor Rui Dóres (Ilhas do Triângulo, coração dos Açores numa viagem com Jacques Brel).

Em 2011 traduziu a Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos para inglês

Em 2012 traduziu de Caetano Valadão Serpa "Uma pessoa só é pouca gente, o sexo e o divino."

Desde 2005 traduziu vários excertos de obras de dezenas de escritores açorianos integrados em projetos dos Colóquios da Lusofonia (Antologias).

Em 2009 publicou o volume 1 da trilogia "Crónica Açores: uma Circum-navegação, De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores, (esgotado)" cronicando as suas viagens pelo mundo.

Em 2011 publicou o volume 2 da trilogia "Crónica Açores: uma Circum-navegação: De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores" (ed. Calendário das Letras).

Em outubro de 2012 lançou a sua obra completa de poesia "Crónica do Quotidiano Inútil (vol. 1 a 5)", a assinalar os 40 anos de vida literária.

Em 2015 lançou a 4ª edição de "Crónicas Austrais 1978-1998".

Também em 2015 editou a obra completa dos 3 volumes da "Trilogia da História de Timor"

Em 2015 fez a revisão e compilação da obra de Dom Carlos Ximenes Belo, "Padre Carlos da Rocha Pereira. Missionário açoriano em Timor", vol. 1 da série Missionários Açorianos em Timor, ed. AICL e Moinho Terrace Café

Em 2017 lançou o seu opus magister "Bibliografia Geral da Açorianidade" em 2 vols (1600 pp. com 19500 entradas) e teve vários trabalhos (ensaio e poesia) publicados em antologias.

Em 2017, reviu, adaptou e traduziu para inglês o livro "O Mundo Perdido de Timor-Leste" de José Ramos-Horta e Patricia Vickers-Rich

Lançou em 2018 "Fotoemas", foto e-book, com fotografia de Fátima Salcedo e poemas dos Açores, de Chrys Chrystello edição e-livro <http://www.blurb.com/books/8752953-fotoemas>

Em 2018, fez a revisão e compilação de "Missionários açorianos em Timor" vol. 2 de D Carlos F Ximenes Belo, ed. AICL e Câmara Municipal de Ponta Delgada, ed. Letras Lavadas

Em 2018 finalizou o volume 3 de "Crónica Açores uma circum-navegação: De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores" cronicando as suas viagens pelo mundo

Completo a Crónica do Quotidiano Inútil vol. 6 (Obras completas de poesia)

Considera marcantes a Palestra proferida na Academia Brasileira de Letras (29.3.2010) com Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia, e ser admitido (5.10.2012) como Académico Correspondente da Academia Galega da Língua Portuguesa).

É Editor dos Cadernos (de Estudos) Açorianos da AICL, publicação online,

2019 Nomeado Vice-presidente de PPdM - Oceania - Vice-Presidente para a Oceânia do Movimento Poetas do Mundo

2019 Nomeado membro do Pen Internacional (Açores)

Preside, desde 2010, à Direção da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia que organiza desde 2001-2002, Colóquios da Lusofonia (30 edições, 2 ao ano).

<https://www.lusofonias.net/mais/chrys-cv.html> www.lusofonias.com

**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO,
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES
VOL. 3 ANO 2017 - SEM CORTES (CRÓNICAS 169 A 187 - 2017)**

Versão inédita não totalmente editada



**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES
VOLUME 3**



J. CHRYS CHRYSTELLO 2017

TODOS OS DIAS DEVÍAMOS OUVIR UM POUCO DE MÚSICA, LER UMA BOA POESIA, VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL, DIZER
ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS. GOETHE

O TEMPO É UM ÓTIMO PROFESSOR. PENA É QUE MATE OS SEUS ALUNOS. (HECTOR BERLIOZ)